



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roselma Lopes Ribeiro

**A REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ: ENTRE OS LIMITES  
TERRITORIAIS E A CONURBAÇÃO**

Maceió/AL  
2021

Roselma Lopes Ribeiro

**A REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ: ENTRE OS LIMITES  
TERRITORIAIS E A CONURBAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva  
Coorientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Maceió/AL  
2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

R484r Ribeiro, Roselma Lopes.

A região metropolitana de Maceió: entre os limites territoriais e a  
conurbação / Roselma Lopes Ribeiro. – 2021.  
93 f. : il., figs. e grafs. color.

Orientador: Paulo Rogério de Farias Silva.

Coorientador: Miguel Ângelo Campos Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 83-87.

Apêndices: f. 89-93.

1. Urbanização. 2. Conurbação. 3. Expansão urbana. 4. Limites  
territoriais. 5. Dinâmicas espaciais. I. Título.

CDU: 911: 711.4

A Deus, aos meus pais e irmãos, estes que são minha família, meu respeito, amor e eterna gratidão.

## AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Alagoas por dar a oportunidade de obter conhecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva pela contribuição e ajuda tão fundamental para conclusão de mais uma etapa em minha vida.

Aos meus pais José Matias Ribeiro e Maria Aparecida Lopes Ribeiro, pelo exemplo como pais e como pessoas, pela atenção, cuidado, dedicação e empenho que deram em todos os aspectos de minha vida.

Ao meu esposo Henrique Manoel da Silva pelo companheirismo, cumplicidade e compreensão durante a minha formação.

Aos professores do curso de Geografia por oferecer os conhecimentos necessários a minha formação.

A banca examinadora por aceitar o convite e pelas críticas que fizeram, porque sem elas este trabalho não seria igual. Porque foram suas críticas que me fizeram evoluir e ir além.

Obrigada a todos!

## RESUMO

Neste século XXI a discussão sobre o processo de conurbação tem crescido muito, pois o espaço urbano tem se apresentado em formas, estruturas e processos peculiares. Desse modo, diversos fenômenos e processos começaram a serem investigados nas grandes cidades abrangendo regiões metropolitanas. No entanto, compreender como ocorre o processo de conurbação em um determinado espaço urbano é essencial. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o significado dos limites territoriais entre os municípios da Região Metropolitana de Maceió, considerando o processo de conurbação, entre Maceió, Rio Largo e Satuba, ponderando as relações sociais existentes que se entrelaçam. Para atender os objetivos, realizou-se levantamento bibliográfico, levantamento documental e cartográfico, assim como pesquisa de campo. Portanto, diante do esforço metodológico e empírico compreende-se que a coalescência dos municípios transpõe os limites administrativos, político e econômico, nos quais as áreas urbanas juntam-se. Nesse sentido, percebe-se que Maceió-Rio Largo-Satuba se atrelam, extrapolando os limites políticos administrativos de uma municipalidade. Esse processo pode ser planejado e intencional por parte dos agentes imobiliários por justamente ser uma área limítrofe com a capital. Contudo, pode-se considerar que planejado ou não a coalescência entre os limites municipais possibilita complicações político-administrativos aos municípios. Assim, é possível admitir que a expansão urbana entre Maceió-Rio Largo-Satuba, ocorre devido a sua posição territorial estratégica.

**Palavras-chave:** Urbanização. Dinâmicas espaciais. Fluxos e fixos.

## RESUMEN

En este siglo XXI, la discusión sobre el proceso de conurbación ha crecido mucho, ya que el espacio urbano se ha presentado en formas, estructuras y procesos peculiares. De esta forma, se comenzaron a investigar varios fenómenos y procesos en las grandes ciudades que abarcan regiones metropolitanas. Sin embargo, es fundamental comprender cómo se desarrolla el proceso de conurbación en un espacio urbano determinado. Así, este trabajo tiene como objetivo analizar el significado de los límites territoriales entre los municipios de la Región Metropolitana de Maceió, considerando el proceso de conurbación, entre Maceió, Rio Largo y Satuba, considerando las relaciones sociales existentes que se entrelazan. Para cumplir con los objetivos se realizó un relevamiento bibliográfico, documental y cartográfico, así como una investigación de campo. Por tanto, ante el esfuerzo metodológico y empírico, se entiende que la coalescencia de los municipios traspasa los límites administrativos, políticos y económicos, en los que confluyen las áreas urbanas. En este sentido, es evidente que Maceió-Rio Largo-Satuba están entrelazados, superando los límites político-administrativos de un municipio. Este proceso puede ser planificado e intencionado por parte de los agentes inmobiliarios porque es precisamente una zona limítrofe con la capital. Sin embargo, se puede considerar que planificada o no la coalescencia entre los límites municipales permite complicaciones político-administrativas a los municipios. Así, es posible admitir que la expansión urbana entre Maceió-Rio Largo-Satuba, se produce debido a su estratégica posición territorial.

**Palabras clave:** Urbanización. Dinámica espacial. Flujos y fijos.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Limite territorial entre os municípios Maceió, Rio Largo e Satuba	13
FIGURA 2	O processo de urbanização caracterizado em quatro etapas	16
FIGURA 3	Hierarquia urbana	21
FIGURA 4	Principais aglomerações e metrópoles	30
FIGURA 5	Regiões Metropolitanas brasileiras	32
FIGURA 6	Regiões Metropolitanas do Estado de Alagoas	35
FIGURA 7	Região Metropolitana de Maceió-RMM	36
FIGURA 8	Exemplo clássico de conurbação	45
FIGURA 9	Modelos gráficos de aglomeração urbana de acordo com Souza (2005)	47
FIGURA 10	Região Metropolitana de Maceió – área conturbada entre Maceió, Rio Largo e Satuba	48
FIGURA 11	Crescimento da população urbana de Maceió entre 2000 e 2010	51
FIGURA 12	Município de residência da população entrevistada antes de morar na área conturbada Maceió-Rio Largo-Satuba	53
FIGURA 13	População residente, por deslocamento para trabalho	54
FIGURA 14	População residente, por deslocamento para estudo	54
FIGURA 15	Município que a população que reside na área conturbada Maceió-Rio Largo-Satuba trabalha	55
FIGURA 16	Município que a população pesquisada faz grandes compras	56
FIGURA 17	Município que a população pesquisada exerce atividade de lazer	56
FIGURA 18	Município que a população faz pequenas compras	57
FIGURA 19	Localização dos residenciais	60
FIGURA 20	Imagem de satélite da conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba	61
FIGURA 21	Indefinição territorial entre os limites dos municípios Maceió, Rio	63



	Largo e Satuba	
FIGURA 22	Residencial Portal do Renascer	64
FIGURA 23	Av. Utinga, principal via de acesso para a CEASA e para os condomínios/conjuntos residenciais Complexo Satuba Nova	67
FIGURA 24	Av. Utinga, principal via de acesso para os condomínios/conjuntos residenciais Complexo Satuba Nova	68
FIGURA 25	Centro de Abastecimento de Alagoas	68
FIGURA 26	Fixos sociais e fixos comerciais localizados na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba	72
FIGURA 27	Atendimento da educação básica por município a população residente na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba	73
FIGURA 28	Fixos sociais da educação	73
FIGURA 29	Unidade de saúde básica Eduardo Campos e Unidade de saúde básica Renascer	75
FIGURA 30	Municípios procurados pela população para atendimento médico	76
FIGURA 31	Fixo comercial	76
FIGURA 32	Fixo comercial	77
FIGURA 33	Fixo comercial	77
FIGURA 34	Fluxo da população para pequenas compras por município	78
FIGURA 35	Fluxo da população para grandes compras por município	79
FIGURA 36	Fluxo de pessoas por domicílio eleitoral municipal	79
FIGURA 37	Fluxos de pessoas na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba	80

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Conceitos relevantes na discussão do desenvolvimento urbano	24
QUADRO 2	Número de habitantes por região brasileira	29
QUADRO 3	Informações gerais dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maceió	38
QUADRO 4	Principais fatores responsáveis pela migração rural-urbano brasileira	49
QUADRO 5	Taxa de crescimento populacional urbano de Maceió	51
QUADRO 6	População urbana e rural dos municípios Maceió, Rio Largo e Satuba	52
QUADRO 7	Conjuntos residenciais e bairros que compõem a conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba	59
QUADRO 8	Loteamento residencial Portal do Renascer	64
QUADRO 9	Fixos comerciais e anúncios de propagandas indicando seus respectivos endereços.	66
QUADRO 10	Número de alunos e funcionários por fixo social da educação	74

## LISTA DE SIGLAS

CEASA	Central de abastecimento de Alagoas
CEP	Código de Endereçamento Postal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERAL	Imposto Predial e Territorial Urbano
RMM	Região Metropolitana de Maceió

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1. URBANIZAÇÃO: REVISANDO ALGUNS CONCEITOS</b>	15
1.1 Urbanização brasileira e a formação das regiões metropolitanas	25
1.2 Região Metropolitana de Maceió - RMM	35
1.2.1 Informações gerais dos municípios da RMM	38
<b>2 O PROCESSO DE CONURBAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS MACEIÓ, RIO LARGO E SATUBA QUE COMPÕEM A RMM</b>	43
2.1 Conurbação: Uma breve revisão teórico-conceitual	43
2.2 Elementos espaciais que explicam a conurbação Maceió, Rio Largo e Satuba	47
2.2.1 Dinâmica migratória	49
2.2.2 Dinâmica econômica	55
2.2.3 Dinâmica imobiliária	57
2.3 O processo de conurbação entre os municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba e as indefinições territoriais	62
<b>3 O SISTEMA DE FIXOS E FLUXOS EXISTENTE NA CONURBAÇÃO MACEIÓ-RIO LARGO-SATUBA</b>	70
3.1 Breve revisão conceitual	70
3.2 Fixos sociais e comerciais localizados na área conurbada	71
3.3 Os fluxos em função dos fixos na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	80
<b>REFERÊNCIAS</b>	83
<b>APÊNDICES</b>	88

## INTRODUÇÃO

Neste século XXI a discussão sobre o processo de conurbação tem crescido muito, pois o espaço urbano tem se apresentado em formas, estruturas e processos peculiares. Desse modo, diversos fenômenos e processos começaram a serem investigados nas grandes cidades abrangendo regiões metropolitanas. No entanto, compreender como ocorre o processo de conurbação em um determinado espaço urbano é essencial. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o significado dos limites territoriais entre os municípios da Região Metropolitana de Maceió, considerando o processo de conurbação, entre Maceió, Rio Largo e Satuba, ponderando as relações sociais existentes que se entrelaçam.

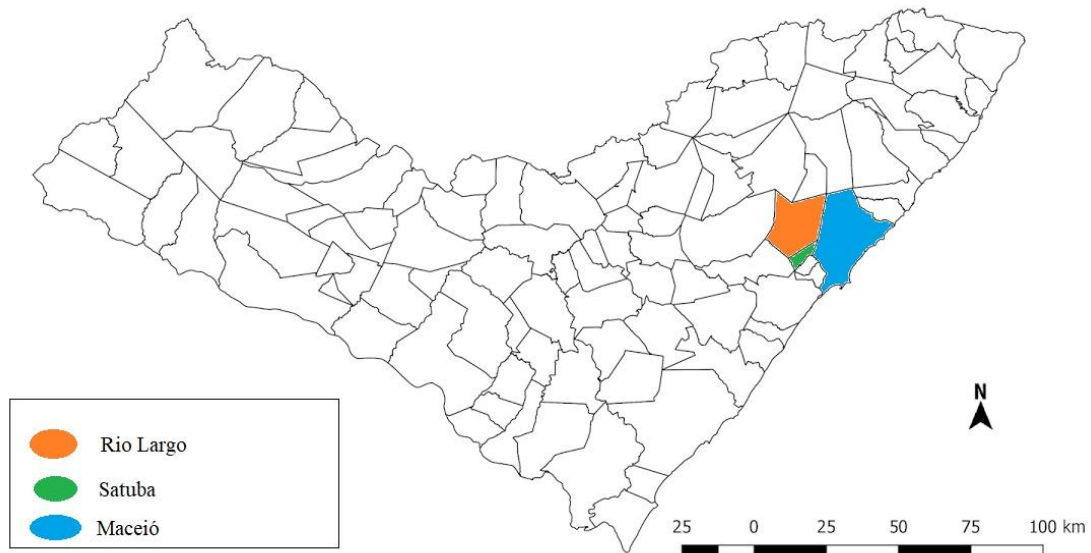
A conurbação é um fenômeno urbano que está intimamente ligado com a expansão urbana das cidades. Portanto, trata-se do encontro limítrofe entre duas ou mais cidades que ocorre por meio de um significativo e acelerado crescimento urbano. Assim trabalhar o tema proposto “A Região Metropolitana de Maceió: entre os limites territoriais e a conurbação” é de suma relevância para a Linha de Pesquisa: Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais, pois permite compreender as dinâmicas espaciais potencializada pelo processo de conurbação no espaço urbano. Além do mais, a pesquisa contribuirá para as demais investigações relacionados a conurbação no campo do conhecimento científico. Assim como, colaborará para estudos *in loco* sobre a organização sócioespacial da área pesquisada possibilitando um retorno de melhorias no âmbito da educação, saúde e prestação de serviços para comunidade.

Nesse contexto, vale ressaltar que o motivo da escolha do tema foi justamente o fato da pesquisadora residir em um dos conjuntos residenciais que compõe a conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba e observar as dinâmicas e interações que ocorrem no lugar, assim como vivenciar alguns transtornos, como a dificuldade para conseguir atendimento médico, confusão no endereço residencial de chegar o momento de não saber a qual município pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Destarte, para efetivação do trabalho proposto foi definida como escala de análise, a área conurbada entre os limites territoriais dos municípios Maceió, Rio Largo e Satuba. Estes são municípios pertencentes a Unidade Federativa de Alagoas e compõem, juntamente com mais outros dez municípios a Região Metropolitana de Maceió, criada pela Lei complementar

nº 18, de 19 de novembro de 1998. Os municípios em questão são limítrofes conforme a figura 1.

**FIGURA 1: Limites territoriais entre os municípios Maceió, Rio Largo e Satuba**



Fonte: RIBEIRO, 2020

Desse modo, para compreender a complexidade presente nas dinâmicas e interações espaciais potencializado pela conurbação, a pesquisa de campo com aplicação de questionário foi fundamental. Além de pesquisa bibliográfica e leitura sobre o referido tema. Para melhor compreensão, a metodologia foi dividida em três etapas.

Etapa 1. Levantamento bibliográfico: buscou-se produção acadêmica já existente no intuito de conhecer as pesquisas já desenvolvidas que dialogam diretamente com o objeto de investigação aqui elencado. Analisou-se a literatura sobre a temática, que tenham em suas obras ênfase na expansão do espaço urbano no Brasil e em Alagoas, além de periódicos especializados visando melhor conhecimento da área de estudo, bem como a possibilidade de identificar aspectos que ajudam a pensar a própria prática da pesquisa.

Nesse contexto, o trabalho se apropriou dos aparatos conceituais dos autores: Geddes (2004) e Santos (2009). O primeiro autor abordou o tema conurbação pela primeira vez em sua obra publicada em 1915, caracterizando o processo de conurbação no esforço de explicar a nova forma de agrupamento urbano que surgia na Inglaterra no século XX. Desse modo, tornou possível novos estudos sobre o referido tema a partir das mudanças ocorridas no espaço. O segundo autor desenvolveu vários conceitos pertinentes à Geografia, no qual muito

contribuiu para o desenvolvimento do trabalho, contudo destacam-se os conceitos fluxos e fixos, pois o trabalho se aparou nas categorias para caracterizar a área conurbada a partir das funções dos fixos e fluxos.

Na etapa 2 foi realizado levantamento documental e cartográfico, utilizando-se de pesquisas publicadas por órgãos e instituições competentes, como: prefeituras e secretaria de planejamento, dentre outros. Foram coletados imagens do aplicativo Google Maps para mostrar a indefinição territorial existente na área em estudo, assim como, utilizou-se o software QGIS para a elaboração de mapa.

Já na etapa 3, ocorreu a pesquisa de campo com aplicação de 96 questionários entre os dias 23 a 26 de outubro de 2020. O condomínio residencial sorteado para aplicação dos questionários foi o Recanto dos Mares (Complexo Satuba Nova), localizado na área conurbada em estudo. Uma característica marcante desses condomínios é que eles possuem aproximadamente 384 domicílios possibilitando a utilização da amostragem probabilística estratificada uniforme, que consiste em especificar quantos elementos da amostra será retirado em cada estrato. Na amostragem estratificada uniforme, sorteia-se igual número de elementos em cada estrato, dessa forma, com um menor número total de elementos na amostra, conseguiu-se uma quantidade de informação equivalente à obtida nos demais casos.

Para a definição do tamanho da amostra, foi estabelecido que o erro amostral não deveria ultrapassar o limite de 10%, a presente pesquisa foi realizada com margem de erro de 10%, para um nível de confiança de 95% ( $z = 1,96$ ). O valor da amostra, obtido pelo emprego de uma fórmula específica teve como resultado mínimo, para os padrões estatísticos acima definidos, um total de 96 questionários para aplicação do instrumento de pesquisa. Essa exigência estatística foi plenamente atendida no trabalho.

O questionário utilizado na pesquisa (disponível no Apêndice) foi composto por 10 questões constituindo um conjunto de informações categorizadas e definidas previamente que objetivou traçar inúmeras características particulares e uma forma de perceber a dinamização do espaço. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em dezembro de 2019, contudo foi aprovada em 04 de junho de 2020.

Os dados coletados por intermédio dos questionários foram inicialmente tabulados no software de elaboração de planilhas eletrônicas da Microsoft Excel, e processados e expressos

em gráficos. Enfim, os resultados da análise foram expressos em textos, gráficos e quadros denominados como figuras.

O trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro aborda o processo de urbanização, revisitando alguns conceitos pertinentes ao processo. O segundo aborda o processo de conurbação entre os municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba. Por fim, o terceiro aborda o sistema de fixos e fluxos existentes na área conurbada.

## **1 URBANIZAÇÃO: REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS**

Segundo Freitas (2009) a urbanização teve início paralelamente à constituição da sociedade humana e seu estabelecimento em determinados espaços físicos. Esse processo tem continuidade até hoje, com a atual emergência de um estilo de vida urbano, disseminando-se por vastas áreas, com o crescimento vegetativo e com a passagem de, cada vez maiores, contingentes populacionais do campo para as cidades.

Desse modo, a urbanização pode ser caracterizada como um processo que ocorreu de duas formas, uma lenta e a outra rápida, assim como, também pode ser entendida como o processo que possui uma concentração de pessoas morando na cidade do que no campo.

A Revolução Industrial no fim do século XVIII incentivou uma intensa migração de pessoas que habitavam no campo rumo às cidades, acontecendo apenas nos países envolvidos na revolução e não em escala mundial. Na realidade, foi um processo lento e circunscrito. Assim, nos países europeus e posteriormente nos Estados Unidos, este fenômeno foi relativamente lento, contudo, trouxe graves problemas no início.

No entanto, essas nações conseguiram controlar, através de políticas públicas, as piores consequências da urbanização. Para estas economias mais desenvolvidas cujo processo de urbanização já acontecia desde o século XIX, atualmente se encontra estabilizado. Entretanto, nos dias atuais, o crescimento urbano é um fenômeno característico de países subdesenvolvidos.

Nesse contexto, vale ressaltar que existem dois conjuntos fundamentais de fatores que condicionam a urbanização, os atrativos e os repulsivos. Os fatores atrativos estão conectados necessariamente ao processo de industrialização, às transformações provocadas na cidade pela indústria.



Já os fatores repulsivos estão acoplados aos países subdesenvolvidos, sem indústrias ou com um baixo nível de industrialização ligados às péssimas condições de vida existentes no campo, da concentração de terras nas mãos de poucos, dos baixos salários, da falta de apoio aos pequenos agricultores, e da monocultura.

Nos países titulados como subdesenvolvidos a urbanização teve início a partir da segunda metade do século XX trazendo problemas estruturais graves. O intenso êxodo rural e a falta de empregos nos setores secundário e terciário resultaram na expansão das favelas, no crescimento da economia informal e no aumento da população pobre em torno de uma metrópole no processo conhecido como macrocefalia urbana.

A macrocefalia urbana não foi intensa nos países desenvolvidos devido o crescimento urbano ter ocorrido de forma lenta e planejada. Já nos países subdesenvolvidos, cujo crescimento das cidades foi muito concentrado espacialmente, acelerado e desordenado acarretou numa série de problemas intuídos na paisagem urbana desses países. Desse modo, a urbanização pode ser considerada como um processo de crescimento das cidades e das práticas essenciais a elas como indústria e comércio.

Em resumo, a urbanização é um processo que ocorre em quatro etapas, como apresenta a figura 2, contudo, não constitui uma regra, podendo sofrer variação conforme o desenvolvimento do espaço geográfico.

**FIGURA 2: O processo de urbanização por etapas**



Fonte: Ribeiro, 2020

Enfim, após as revoluções industriais, o processo de urbanização se tornou mais evidente, se intensificando, possibilitando a interpretação que esse processo representa um período moderno, pois a sociedade passa por uma transição baseada no setor primário para o setor secundário e terciário. Assim, a divisão do trabalho fica cada vez mais intensa à medida que as relações econômicas tornam-se mais difíceis.

Pinheiro (2007, p. 62) ressalta que:

O espaço produzido, ou as formas de urbanização expressam o caráter da formação econômico-social produtora. Assim, as cidades se estruturam no meio natural adaptando-o de modo a propiciar um ambiente adequado à realização das atividades econômicas e sociais humanas, e uma das principais características do sistema econômico e social nos últimos dois séculos é a organização de formas de produção especializadas, exigências do livre mercado e da busca do lucro.

Desse modo, os espaços urbanos se tornam cada vez mais especializados e segmentados dentro de uma mesma cidade, como por exemplo, áreas predominantemente comerciais ou de serviços tendendo maiores lucros para as atividades instaladas. Assim, de acordo com Corrêa (2004, p. 11) “o espaço urbano capitalista- fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo”.

Destarte, o espaço urbano no âmbito social é a expressão mais dinâmica do espaço geográfico. É importante ressaltar que o urbano não se restringe apenas a cidade, contudo é nela que ele se materializa, fator que une a urbanização ao crescimento das cidades.

Nesse ínterim, a cidade constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si. “Esse complexo conjunto de usos da terra é, na realidade o espaço urbano” (CORRÊA, 2007, p. 7). Essa complexidade de uso da terra é instituída por ações de agentes sociais que inclui métodos para a reorganização do espaço urbano. Para Santos (1992, p. 241) existe uma diferença entre “cidade” e “urbano” onde o mesmo salienta que a cidade “é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade”.

Nesse contexto Freitas (2009, p. 46) ressalta que:

As cidades são constituídas pela sede do poder administrativo do município e também caracterizadas pelas altas densidades demográfica e construtiva, assim como pelo predomínio da população economicamente ativa, empregada em atividades dos setores: secundário (indústrias) e terciário (comércio e serviços). A

partir de 2007, a população mundial passou a ser urbana com mais de 50% da humanidade vivendo nas cidades.

Para Souza (2005) a cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de definir. O autor aborda, ainda, que “a cidade é sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não agrícola e de comércio e oferecimento de serviços” (SOUZA, 2005, p. 27). Nesse contexto, Santos (1959, p. 7) ressalta que “a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside as relações de um espaço maior, em seu derredor que a sua zona de influência”.

Souza (2005, p 28.) lembra ainda que:

A cidade é um centro de gestão de território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesses, menos ou mais bem definidos.

Diante dos fatores abordados acima, a cidade se torna uma sede onde são encontradas diversas formas de organização, seja ela política, religiosa cultural ou econômica. Essa organização do espaço complexa e particular se materializa numa grande diversificação econômica que proporciona a formação de grandes centros urbanos. Essa formação, no entanto, pode se tornar mais crescente fazendo surgir aglomerações urbanas.

A propósito, “aglomeração urbana se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um “minissistema urbano” em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes” (SOUZA, 2005, p. 32). Ainda de acordo com o autor, se uma das cidades que forma a aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande com área de influência econômica pelo menos, regional, então se está diante de uma metrópole.

Souza (2005) destaca que uma metrópole é um minissistema urbano em escala local, que abriga o núcleo metropolitano. Assim, são realidades sócio- espaciais que na maioria dos países, passam a ter sua existência formalmente reconhecidas. Para Gras (1974), o aspecto fundamental da metrópole não é a sua dimensão ou estrutura, mas sua força funcional na medida em que concentra o comércio de ampla zona, sendo ponto de convergência de produtos comerciais e agrícolas.

Por sua vez, Villaça (1998) chama a atenção para a expressão metrópole, pois está por demais associada à importância social, econômica e cultural de um núcleo urbano. Por

extensão, o mesmo ocorre com as expressões área metropolitana e processo de metropolização. Desse modo, de um lado surge as cidades com seus aspectos físicos e socioeconômicos e do outro cidades menores levando em conta o fator político-administrativo.

Dickinson (1974) acrescenta que as metrópoles terá população consideravelmente superior àquelas cidades circundantes; será um centro comercial independente, com grande variedade de atividades regionais e forte atividade atacadista, além de centro financeiro, cultural e administrativo. Já Bogue (1974), considera os centros metropolitanos como os maiores e mais complexos, pois está em posição de produzir e distribuir bens e serviços. Villaça (1998) ressalta o início de uma contradição entre a cidade como organismo físico e socioeconômico e a cidade do ponto de vista político-administrativo.

Desse modo, as metrópoles se constituem em espaços sociais formais reconhecidas a maioria dos países, no Brasil, são chamadas de regiões metropolitanas. Todavia, é importante entender a distinção de um processo socioespacial de um processo político-administrativo que resulta na criação de uma região metropolitana. Por aspectos econômicos, sociais e urbanos, por fluxos e inter-relações entre núcleos, cidades e aglomerados, distintos processos de metropolização poderão ser caracterizados, implicando ou não a criação de regiões metropolitanas.

Freitas (2009, p. 46) chama atenção para o entendimento sobre o processo de metropolização ressaltando que:

O processo de metropolização ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas e, sobretudo, populacional, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização. Essa grande cidade, também chamada de metrópole, constitui um núcleo, ao redor do qual há várias outras cidades sob sua direta influência, mantendo forte relação de interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população.

No entanto, Souza (2005, p. 33) observa que “Metrópoles são realidades sócioespaciais que, na maioria dos países, passam a ter sua existência formalmente reconhecida: são chamadas nos EUA, de áreas metropolitanas, e no Brasil regiões metropolitanas”. O autor lembra, também, que uma área metropolitana corresponderia, a uma escala local ampliada, especialmente no caso de um país grande.

Para melhor compreensão sobre região metropolitana, Moreira (1989), in Carmo (2007) explica que:

Região Metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, esta, o polo de atração e/ou dominação de um grande espaço de produção e consumo. A caracterização de uma Região Metropolitana é a intensa urbanização

que dá origem a funções públicas de interesse comum aos municípios que a compõem, integrando a organização, o planejamento e a execução de programas.

Já Braga e Carvalho (2004, p.08) afirmam que “uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua (...)”. Contudo alguns autores, como por exemplo, Milton Santos (1998) entende que a definição de região metropolitana deve ir além de uma definição instituída pelo poder público, desse modo o referido autor ressalta que o fenômeno da metropolização corresponde à macroubanização e apenas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes deveriam merecer tal denominação.

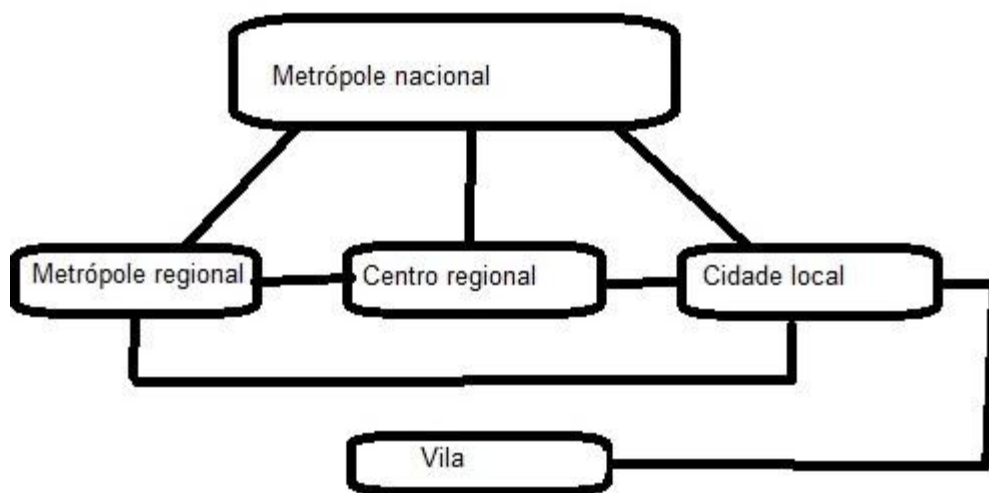
Para Freitas (2009) não se cria uma Região Metropolitana, apenas pode ser reconhecida, enquanto fenômeno geográfico, e institucionalizada, com o objetivo de implantação de gestão comum, onde já existe e é simplesmente identificada por teóricos e pela própria população. O autor também sugere alguns princípios referenciais para a caracterização de uma região metropolitana como:

- Grande concentração populacional urbana, igual ou superior a 1 milhão de habitantes, incluindo município polo e entorno;
- Conurbação (mancha urbana contínua entre municípios limítrofes) ou forte tendência desse fato vir a ocorrer a médio prazo.
- Alto grau de urbanização, em cada município da região, evidenciado por percentual de população municipal urbana igual ou superior a 80%, densidade demográfica igual ou superior a 60 hab/Km<sup>2</sup> e por participação formal nos setores de indústria, comércio e serviços igual ou superior a 65% do total de pessoas empregadas;
- Polarização dentro de uma rede de cidades, caracterizada por interações entre centros urbanos, diretamente proporcionais às suas massas (população x renda) e inversamente proporcionais à distância entre os pares de localidades.
- Destaque no cenário estadual e nacional, baseada na oferta de bens e serviços, diversificados e especializados, por um grupo de municípios a domínios territoriais.
- Existência de relação funcional de interdependência, relativa a evidentes fluxos migratórios de natureza pendular, assim como a diversos aspectos sociais, econômicos, de infraestrutura e de serviços urbanos que provoquem a necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Nesse contexto, o autor explana todo o seu entendimento sobre região metropolitana, no qual chega a destacar princípios para um melhor entendimento do que é região metropolitana. Ademais, retomando o assunto sobre o espaço urbano, que é o que torna possível a formação da região metropolitana, sua existência não seria possível sem os grupos humanos, pois é através de ações que se criam os objetos técnicos.

É importante lembrar que uma realidade que faz parte do processo de urbanização é a rede urbana, pois se efetivou no meio de circulação, produção e consumo. A rede urbana possibilitou a articulação entre países, regiões e cidades, estabelecendo, desse modo, uma economia global. Assim um conjunto de centros urbanos (cidades) formam diferentes relações entre si. Essas cidades possuem diferentes tamanhos e níveis de hierarquia de desenvolvimento como mostra a figura 3.

**FIGURA 3: Hierarquia urbana**



Fonte: Ribeiro, 2020

De acordo com Rodrigues e Silva (2007) as redes emergem no final do século XX, como um conceito chave para o entendimento da organização do território através da configuração e materialização dos fluxos, tanto de capitais, como de pessoas, mercadorias e informações. Desse modo, as redes urbanas têm como finalidade facilitar e agilizar a circulação, assim como a comunicação.

Corrêa (1989, p.48-49) afirma que:

A rede urbana se constitui simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho”. É um reflexo à medida que em razão de vantagens locais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos. (...) A rede

urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto do espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do séc. XVI, uma dimensão mundial.

Desse modo, a rede urbana acentua a hierarquia entre as cidades, pois dessa forma ela termina por condicionar a divisão territorial do trabalho, assim o espaço urbano torna-se cada vez mais dinâmico. Corrêa (1997) chama atenção para a rede urbana, que no seu entendimento é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel é articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução.

Rodrigues e Silva (2007, p. 56) ressaltam que:

A rede urbana é parte integrante das sociedades e de sua dinâmica, sendo reflexo, meio e condição social dessa sociedade, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Sendo assim, é possível esperar que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão influenciar as diferenças estruturas entre as redes urbanas.

O autor chama atenção para as diferenças estruturais entre as redes urbanas que acaba por acentuar ainda mais a hierarquia entre as cidades, e porque não citar os centros urbanos.

Rodrigues e Silva (2007, p. 60) afirmam que:

(...) haveria a constituição de uma hierarquia de cidades, em que, no nível mais elementar, estariam as cidades produtoras basicamente de bens e serviços, aqueles mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana, e, do outro lado, estariam os centros urbanos maiores, geradores de produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa. A partir da distribuição de bens e serviços das localidades centrais para as suas hinterlândias verificam-se uma diferenciação hierárquica entre elas, envolvendo o número, o tamanho das localidades e a distância entre elas. Expressões como metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local são utilizadas nos estudos sobre hierarquia urbana.

Nesse contexto, as redes urbanas “correspondem aos fluxos populacionais, produções agrícolas, fluxos monetários, informações, ordens, uma vez que refletem as massas” (RODRIGUES, SILVA, 2007, p. 60). As autoras abordam ainda que manter a posição na hierarquia urbana requer capacidade de inovação, pois, dessa forma, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar outras classificações mais elaboradas com base no nível de desenvolvimento econômico e nas estruturas mais ou menos complexas dos centros urbanos.

Para Cabral e Cândido (2019) o processo de crescimento das cidades não é somente desigual, mas que em cada lugar encontra-se um caminho próprio de construção no que tange às desigualdades, a exclusão das minorias [...] e que diante do pensamento de que mesmo em

algumas ocasiões as similitudes dos problemas urbanos mais emergentes sejam aparentes em toda e qualquer cidade, entende-se que os problemas decorrentes e próprios do urbano são urgentes e apresentam questões que estão presentes em um pensamento globalizado e interconectado, em que a técnica, a informação e a ciência aperfeiçoam-se a todo instante e requerem soluções urgentes.

Em suma, O processo de crescimento desigual das cidades leva a dinamização hierárquica das cidades. Esta por sua vez mostra um cenário de desigualdade no que tange a produção do espaço urbano, ou seja, o espaço da cidade. Compreende-se, então, que o espaço urbano é uma paisagem representativa do espaço geográfico. Por sua vez, o espaço mantém uma relação essencial com o território, pois “a utilização do território pelo povo cria espaço” (SANTOS 1990, p. 189).

Assim, para Santos (1994) espaço é o território usado. Enquanto o território são formas, o território usado são objetos e ações: é a materialidade, expressa na configuração territorial, somada da vida que a anima. “O território usado é constituído pelo território forma - espaço geográfico do Estado - e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem” (Queiroz, 2016, p. 157). Para maior compreensão ver o quadro 1 que apresenta alguns conceitos relevantes na discussão sobre desenvolvimento urbano.

Para Almada (2014) o autor Milton Santos ao analisar a sistematização da configuração territorial e território usado forneceu ferramentas para avaliar o espaço geográfico dentro da dimensão processo, estrutura, forma e função, pois acrescentou a análise do território elementos da renovação geográfica, a contradição dialética materialista, sem negar a importância da base material do território. Assim, para entender a dinâmica espacial deve-se ater ao entendimento do território usado, para não precipitar-se e concluir que o espaço é atemporal e sem movimento.

Nesse contexto, Santos (1985) chama atenção para forma, função, estrutura e processo, pois para ele, são partes constituintes da totalidade, podendo ser considerada como categorias primárias para compreensão da organização do espaço, logo todas as partes têm que serem consideradas em conjunto, sem exceção. Para o autor quando se estuda a organização do espaço os conceitos referidos acima são necessários para entender como o espaço social se estrutura como as comunidades se organizam no espaço, como se dá o uso e quais são as alterações que acontece na relação espaço-tempo.



Assim, conclui-se com afirmação de Almada (2014, p. 12) que o espaço é em movimento, ou seja, suas formas e funções estão constantemente em transformação, a cada nova forma de se usar o território criam-se novas formas ou e funcionalizam-se as antigas, ou seja, para cada território usado há uma configuração territorial específica.

### **QUADRO 1: Conceitos relevantes na discussão do desenvolvimento urbano**

<b>Configuração territorial (SANTOS, 2009)</b>	É dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país e pelos seus acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais.
<b>Espaço geográfico (SANTOS, 2009)</b>	Formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá.
<b>Fluxos (SANTOS, 2009)</b>	Resultados direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor ao mesmo em que também se modificam.
<b>Fixos (SANTOS, 2009)</b>	Elementos fixados em cada lugar permitem ações que modificam o próprio lugar.
<b>Objetos (SANTOS, 2009)</b>	Social
<b>Coisas (SANTOS, 2009)</b>	Natural
<b>Rugosidades</b>	Ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.
<b>Território (SANTOS, 2009)</b>	São formas
<b>Território usado (SANTOS, 2009)</b>	O território usado são objetos e ações: é a materialidade, expressa na configuração territorial, somada da vida que a anima.
<b>Horizontalidades (SANTOS, 2009)</b>	Lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial.

<b>Verticalidades (SANTOS, 2009)</b>	Reúne áreas e pontos distantes a serviço dos atores hegemônicos, na maioria das vezes, localizados distante.
<b>Formas (SANTOS, 1985)</b>	É o aspecto visível de uma coisa.
<b>Função (SANTOS, 1985)</b>	É ação esperada da forma.
<b>Processo (SANTOS, 1985)</b>	Diferentes funções ou ações contínuas que se desenvolvem em direção a um resultado qualquer, que implicam em conceitos de tempo (continuidade) e mudança.
<b>Estrutura (SANTOS, 1985)</b>	É o todo das relações de forma, função e processos.
<b>Aglomeração urbana (SOUZA, 2005)</b>	Forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um “minissistema urbano” em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes. A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 25, parágrafo 3º define aglomeração urbana como o resultado do crescimento físico das cidades, da proximidade de zonas urbanas e do relacionamento frequente entre as cidades.
<b>Metropolização (FREITAS, 2009)</b>	Ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas e, sobretudo, populacional, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização.
<b>Espaço Urbano (CORRÊA, 2004)</b>	O espaço urbano capitalista- fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta- é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo.

Fonte: elaborado por Ribeiro, 2020

### 1.1 Urbanização brasileira e a formação das regiões metropolitanas

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o país possuía uma população de aproximadamente 191 milhões de habitantes (estimativa 2019 210.147.125 milhões, 2019), desses, cerca de 161 milhões viviam nas zonas urbanas, enquanto que apenas 29 milhões viviam na zona rural, ou seja, a população que mora na área urbana é bem maior que a população que mora na área rural. Contudo, nem sempre o Brasil

foi assim, neste caso, para entender melhor como se deu o processo de urbanização brasileira é indispensável rememorar alguns marcos históricos relacionado com o crescimento urbano das cidades brasileiras.

A urbanização norteou quase toda trajetória da formação sócioespacial brasileira, isso significa considerar que “em cada período histórico observa-se um novo arranjo de objetos situados num determinado sistema de técnicas, possibilitando também o surgimento de novas formas de ações” (SANTOS, 2002, p. 96).

Santos em seu livro “urbanização brasileira” (2003) considera dois grandes períodos para a produção de cidades e conseqüentemente a urbanização. O primeiro denominado *urbanização pretérita*, onde o autor destaca as obras de Nestor Goulart Reis (1968) que por sua vez estuda o período entre 1600 e 1720 em que destaca três principais etapas de organização do território brasileiro, a primeira fase, entre 1530 e 1570 cujo ponto de maior intensidade estaria compreendido entre os anos de 1530 a 1540. Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filipéia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que apenas ocorre a instalação de Iguapé. O segundo período fica entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas, com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia. Num terceiro momento, entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana estava constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades.

Goulart (1968) incluiu como elementos explicativos da urbanização a organização político-administrativa, considerada, de um lado, as capitânias e o governo-geral e de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus Fatores.

Nesse contexto, Santos (2003) afirma que o país era subordinado a uma economia natural que as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, por causa de suas grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram à base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção no caso da cana de açúcar e do território (não apenas no caso da cana) vem trazer novo impulso e nova lógica ao processo.

Assim, Santos (2003) ressalta que foi a partir do século XVIII que a urbanização desenvolve e a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana. Mas foi necessário mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, o século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje.

Santos (2003) registra, ainda, que é no fim do século XIX que se conhece a primeira aceleração do fenômeno: são 5,9% de urbanos em 1872, mas em 1900 eles já somam 9,4%. Para Pedro Geiger (198a, p. 20) em 1872 a população urbana brasileira representava cerca de 10% do total, índice que iria manter-se em 1900. Mas, enquanto naquele ano os urbanos eram cerca de 900.000, em 1900 seu número ultrapassava 1.200.000. O fato é que a população brasileira subira de 9,9 milhões para 14,3 milhões, crescendo mais de 40% apenas em quinze anos. Todos esses dados, porém, devem ser tomados com cautela, já que somente após 1940 as contagens separavam a população das cidades e das vilas da população rural do mesmo município.

Desse modo, para Santos (2003) o segundo período inicia associado ao processo de industrialização brasileiro, sobretudo após a década de 1940, quando houve mudanças no âmbito político, social e econômico caracterizando transformações na “forma de produção da cidade, apresentando maior articulação entre as áreas urbanas; maior densidade técnica incorporada ao território; alta capacidade produtiva das cidades, mormente as metrópoles” (SANTOS, J. 2019, p. 5)

Para as autoras Silva e Macêdo (2009) a urbanização brasileira constitui um fenômeno da segunda metade do século XX e pode ser considerada um fenômeno recente. De acordo com as autoras as características desse fenômeno estão expressas na paisagem urbana das cidades e metrópoles brasileiras e são decorrentes de vários fatores, cujos alguns foram destacados no texto, como:

- ✓ o êxodo rural,
- ✓ a industrialização tardia e a modernização das atividades agrícolas, conjugadas à concentração de pessoas nas grandes cidades,
- ✓ o aumento do poder aquisitivo da população, favorecidos pela expansão do capital financeiro na economia,
- ✓ a inovação tecnológica e o aumento da produtividade das indústrias de bens de consumo, para suprirem as necessidades da vida urbana.

Nesse ínterim, Guimarães (2016) observa que a urbanização brasileira é fruto de um movimento intenso e desestruturante. Ela foi marcada por um processo amplo e violento de migração das populações rurais e do espaço do campo como um todo. O autor destaca ainda que:

O processo de urbanização no Brasil produziu uma série de distorções e desequilíbrios que se manifestaram empiricamente de variadas formas, pois foi, e é, gerador de uma ampla gama de demandas de exclusão e re-inclusão que concretamente cristalizam-se sob as formas de desequilíbrios regionais, urbano-rurais e urbano-urbanos (GUIMARÃES, 2016, p. 15).

Um fator importante para destacar foi o aumento da população brasileira entre a década de 40 e 80 na área urbana. Desse modo, Santos (2003, p. 29) ressalta que:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980. Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de novos cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas.

Nesse contexto, o aumento da população conota mudanças significativas no estilo de vida da população brasileira, pois as mudanças como “ascensão da burguesia urbano-industrial como determinante da vida social e política, inclusive, que incide sobre as dinâmicas rural e agrícola, com profundas redefinições no cotidiano das cidades” (SANTOS, J. 2019, p. 5) ocorreram ao longo dos séculos acentuando os números a porcentagem do número da população que vive na área urbana.

De acordo com Santos L., Cardoso e Carniello (2011, p. 2):

É imprescindível notarmos dois itens de muita importância para a divisão área urbana e área rural: a) o surgimento das grandes metrópoles que chegam até mesmo a agrupar e diminuir a separação urbano/rural; b) a relevância do agronegócio para a economia brasileira, diminuindo assim o status de menos desenvolvido e atrasado para áreas rurais.

No entanto, vale destacar, que a urbanização no Brasil não ocorreu de forma homogênea nas grandes regiões que compõe a federação. Contudo, todas as áreas urbanas dessas regiões são mais habitadas que as áreas rurais, como apresenta o quadro 2. Portanto, a urbanização provocou muitas mudanças na organização socioespacial do país, dentre elas se destacam:

- ✓ O crescimento da quantidade de cidades;

- ✓ o desenvolvimento das redes de transporte e comunicação, que passaram a interligar todas as regiões do Brasil;
- ✓ o crescimento desordenado do meio urbano, que crescia sem nenhum planejamento, provocando diversos problemas ambientais e estruturais;
- ✓ a formação de favelas, nas quais a população de baixa renda se fixava em razão da baixa valorização dos terrenos;
- ✓ a acentuação das desigualdades sociais nos centros urbanos, pois muitas pessoas que chegavam às cidades não possuíam escolaridade e acabavam ficando desempregadas, aumentando, assim, os índices de pobreza e violência nos centros urbanos.

### **QUADRO 2: Número de habitantes por região brasileira**

<b>Regiões</b>	<b>Total de Habitantes</b>	<b>Em Área Rural</b>	<b>Em Área Urbana</b>
Norte	15.864.454	4.199.945	11.664.509
Nordeste	53.081.950	14.260.704	38.821.246
Sul	27.386.891	4.125.995	23.260.896
Sudeste	80.364.410	5.668.232	74.696.178
Centro – Oeste	14.058.094	1.575.131	12.482.963

Fonte: IBGE (2020), CENSO 2010

Nesse contexto, Domingos (2020), afirma que a partir da urbanização também a metropolização se faz presente no território, como uma continuidade do processo histórico de urbanização, mas a partir das transformações tecnológicas no tocante ao transporte e a comunicação. Desse modo, a urbanização brasileira contou com intenso processo de metropolização. Vale ressaltar, que esse foi um dos motivos responsáveis pela desigualdade tanto em tamanho das cidades e número de habitantes quanto em níveis de avanço econômico e ofertas de infraestrutura no espaço urbano brasileiro.

Devido o crescimento do espaço urbano, ocasionado pelo intenso processo de metropolização e o cenário de formação das metrópoles, o Brasil instituiu as regiões ou áreas metropolitanas por lei, que passam a demandar uma política conjunta entre as cidades para formar uma rede integrada de infraestruturas, como saneamento, transporte público, fornecimento de energia, entre outras. Segundo o IBGE (2020) as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, como ilustra a figura 4, são constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes e são instituídas por lei complementar estadual, de acordo com a

determinação do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

**FIGURA 4: Principais aglomerações e metrópoles**



Fonte: Souza (2005), adaptado

No âmbito da hierarquia urbana nacional, existe uma diferenciação das metrópoles quanto aos seus respectivos graus de desenvolvimento e complexidade estrutural e econômica. O IBGE (2020) explica que a hierarquia das metrópoles e centros tecem as redes de influência, que são constituídas por doze grandes redes que interligam até mesmo municípios situados em diferentes estados. A rede centralizada por São Paulo, por exemplo, também abrange parte de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. O Rio de Janeiro tem projeção no próprio estado, no Espírito Santo, no sul da Bahia, e na Zona da Mata mineira. A rede de Brasília influi no oeste da Bahia, em alguns municípios de Goiás e no noroeste de Minas Gerais. As outras nove redes de influência são centralizadas por Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Nesse ínterim, o IBGE contextualiza que as áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados

secundários e os obtidos no questionário específico. As cidades foram classificadas em cinco níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis:

**1. Metrôpoles** – Os 12 principais centros urbanos do País, com grande porte, fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta. Têm três subníveis:

- **Grande metrópole nacional** – São Paulo, o maior conjunto urbano do País.
- **B. Metrópole nacional** – Rio de Janeiro e Brasília, com população, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País.
- **C. Metrópole** – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, constituem o segundo nível da gestão territorial.

**2. Capital regional** – como as metrôpoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrôpoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Este nível também tem três subdivisões:

- **Capital regional A** (cidades com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos);
- **Capital regional B** (cidades com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos);
- **Capital regional C** (cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos).

**3. Centro sub-regional** - centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrôpoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e presença mais esparsa nas Regiões Norte e Centro-Oeste, estão subdivididos em grupos:

- **Centro sub-regional A** – constituído por cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e
- **Centro sub-regional B** – constituído por cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

**4. Centro de zona** – cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em:

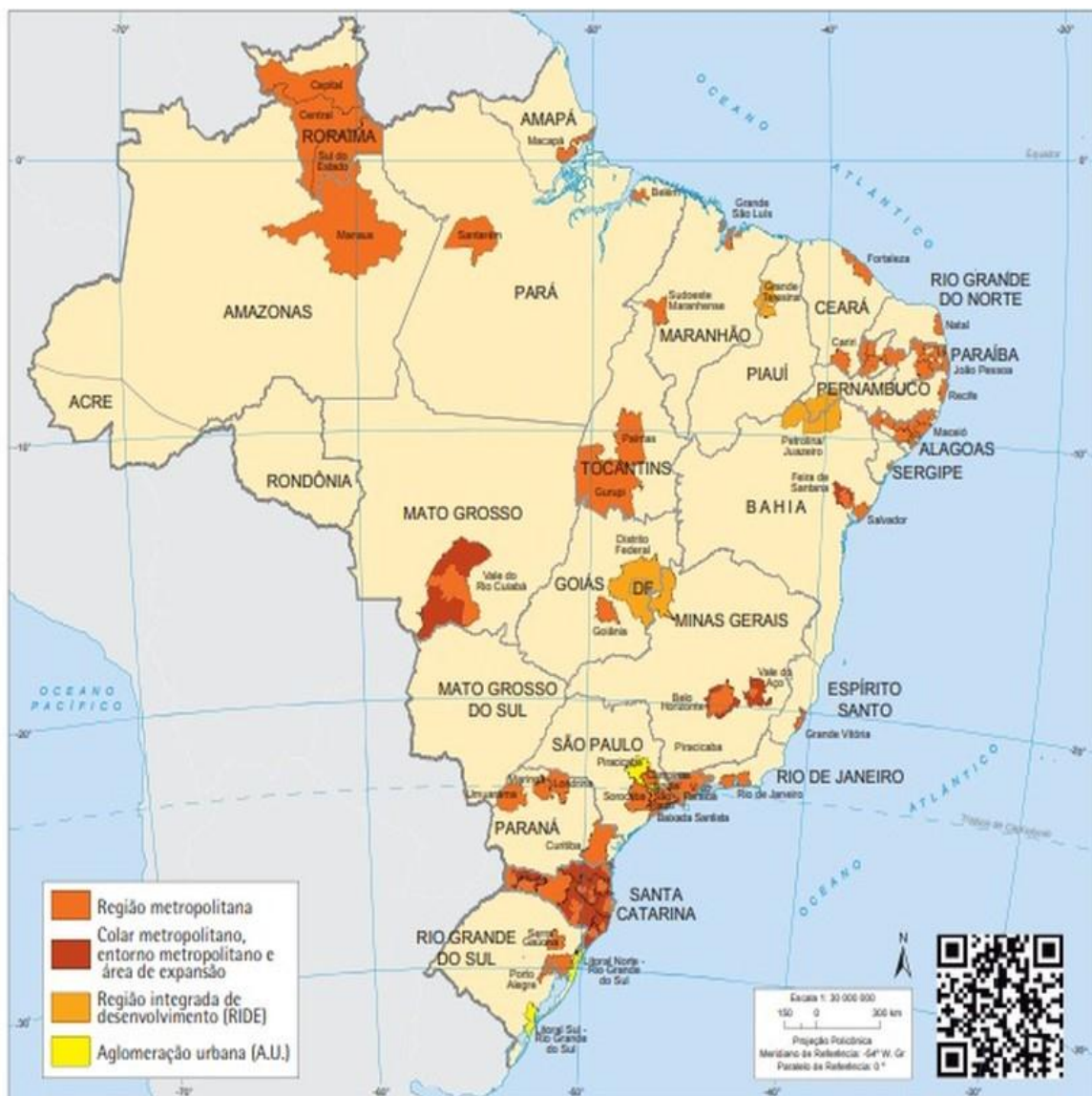


- **Centro de zona A** – cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial; e
- **Centro de zona B** – cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.

**5. Centro local** – as demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Desse modo, a hierarquia urbana brasileira apresenta a dependência e organização econômica das cidades e suas redes. Nesse caso, a gênese das metrópoles associa-se diretamente a constituição das regiões ou áreas metropolitanas. A figura 5 abaixo apresenta as regiões metropolitanas instituídas no Brasil até 2014.

**FIGURA 5: Regiões metropolitanas brasileiras**



Fonte: IBGE, 2014

O Estatuto da Metrópole, Lei Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal.

Segundo o Estatuto da Metrópole serão observadas as normas gerais de direito urbanístico estabelecidas na Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, que regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, e em outras leis federais, bem como as regras que disciplinam a política nacional de desenvolvimento urbano, a política nacional de desenvolvimento regional e as políticas setoriais de habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e meio ambiente.

Portanto, perante o Estatuto da Metrópole devemos ficar atentos para não cometermos as mesmas confusões, ou seja, evitarmos a proliferação de figuras regionais que não tenham efetivo contato com a realidade fática, que precisa ser planejada para evitar as distorções do crescimento urbano. De acordo com Franzoni e Hoshino (2015, p. 105) ao longo da história político-institucional brasileira percebe-se que a forma de agenciamento da escala metropolitana variou de acordo com o modelo de desenvolvimento econômico e alinhamentos conjunturais.

É importante ressaltar que o Estatuto da Metrópole estabelece sua aplicação em concordância com o Estatuto da Cidade, e ampliadores que obedecem temas de interesse comum, tais como a política nacional de desenvolvimento urbano, a política nacional de desenvolvimento regional (Dec. 6.047/2007), e as políticas setoriais de habitação, saneamento básico (Lei 11.445/2007), resíduos sólidos (Lei 12.305/2010), mobilidade urbana (Lei 12.587/2012) e meio ambiente (Lei 6.938/1981).

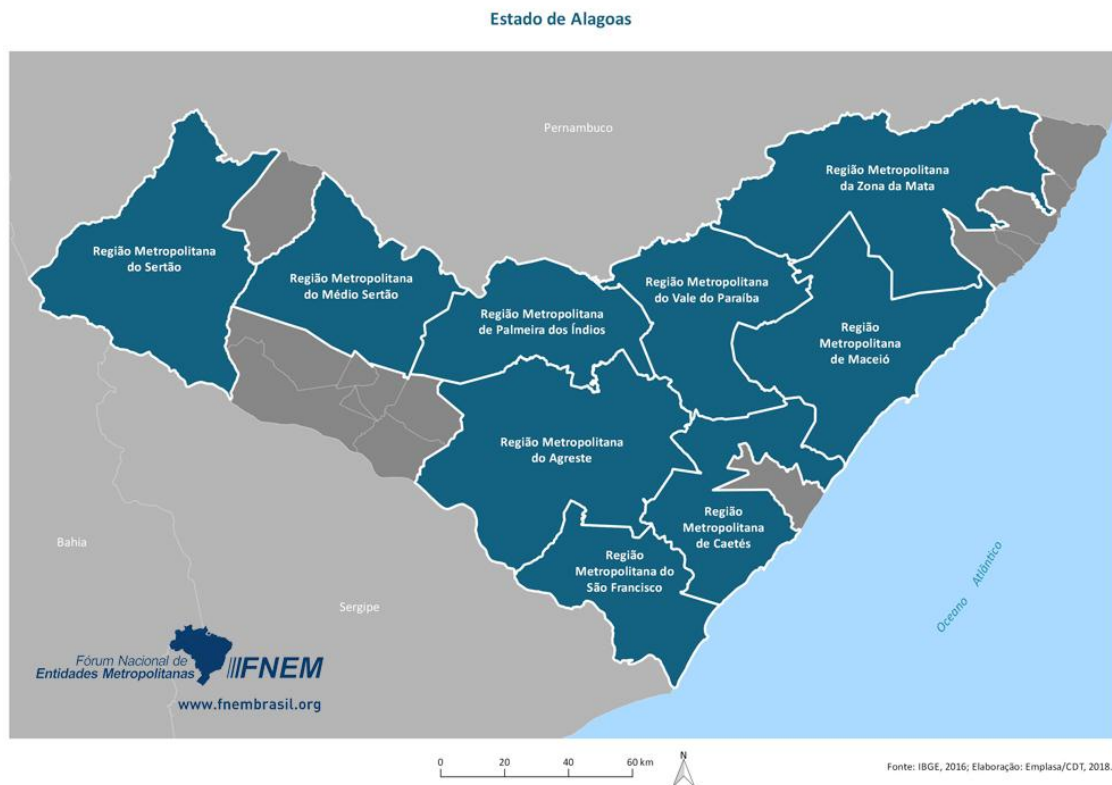
Para Seguin e Araújo (2016) essas matérias são relevantes na busca de soluções de problemas metropolitanos, que transcendem os limites municipais, impondo uma política

urbana integrativa respeitando a inter-relação entre os Municípios limítrofes que têm vida interligada e sofrem as mesmas venturas, desventuras e mazelas da vida urbana.

“Nota-se a importância dos assuntos afetos às regiões metropolitanas e aglomerações urbanas para resolução dos problemas comuns e de interesse comum que envolve cidades, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas e microrregiões” (SEGUIN, ARAÚJO, 2016, p. 11).

Segundo os critérios do IBGE, para configurar uma metrópole, esta tem que possuir continuidade territorial no seu espaço urbano e em razão de sua população relevância política e socioeconômica, constituindo, assim, influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional. Vale ressaltar, que os critérios usados pelo IBGE são muito amplos se adequando à grande diversidade da rede urbana do Brasil. Desse modo, em determinadas regiões, centros regionais detêm efetivamente a condição de metrópole, é o caso da cidade de Maceió que segundo os critérios determinados pelo IBGE é uma capital regional A, contudo possui uma região metropolitana bem definida.

A cidade de Maceió é a capital do Estado de Alagoas que atualmente compõe uma das nove regiões metropolitanas, como mostra a figura 6, instituídas pelas leis complementares: LC nº 31 de 15 de dezembro de 2011; LC nº 35 de 26 de Julho de 2012; LC nº 27 de 30 de Novembro de 2009; LC nº 32 de 05 de Janeiro de 2012; LC nº 36 de 26 de Julho de 2012; LC nº 39 de 8 de Agosto de 2013; LC nº 30 de 15 de dezembro de 2011; LC nº 18 de 19 de novembro de 1998, complementada pela LC nº 38/2013.

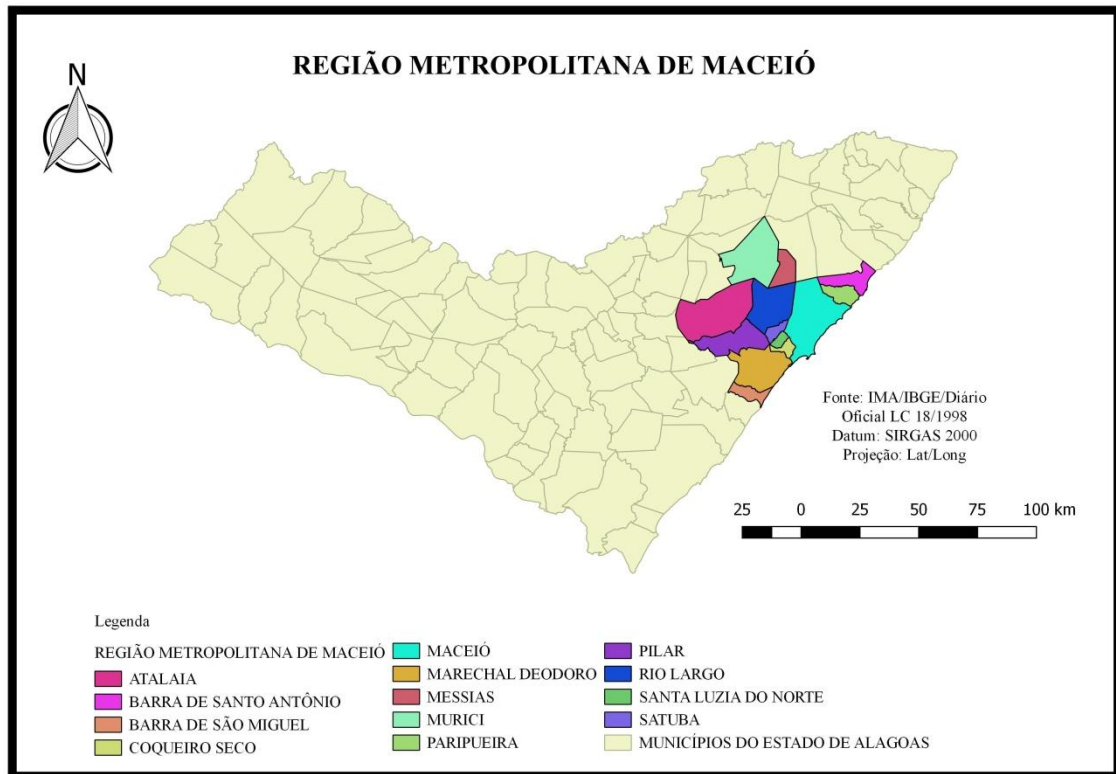
**FIGURA 6: Regiões Metropolitanas do Estado de Alagoas**

Fonte: IBGE, 2016. Elaboração Emplasa.

## 1.2 Região Metropolitana de Maceió – RMM

A região metropolitana de Maceió foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 18 de 19 de novembro de 1998, compreendendo os municípios de Maceió, Rio Largo, Marechal Deodoro, Pilar, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Messias, Satuba, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, e Paripueira. Posteriormente, em 2013 o Município de Atalaia foi acrescentado pela Lei Complementar estadual nº 38 de 2013, e em seguida em 2014 o município de Murici também foi adicionado por meio da Lei Complementar estadual nº 40 de 2014 como mostra a figura 7.

No entanto, a partir do ano de 2019 o município de Atalaia não compõe mais a Região Metropolitana de Maceió, devido a Lei Complementar número 49, de 24 de julho de 2019, que altera as Leis Complementares números 30, de dezembro de 2011, 35, de 26 de julho de 2012 e 27, de 30 de novembro de 2009. Atalaia passa a compor a Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

**FIGURA 7: Região Metropolitana de Maceió – RMM.**

Fonte: Laboratório de Estudos Regionais, coordenado por Paulo Rogério de Freitas Silva

Segundo a Lei Complementar Nº 50, de 15 de outubro de 2019, Art. 1º A Região Metropolitana de Maceió (RMM) é uma unidade organizacional, geoeconômica, social e cultural, no Estado de Alagoas, regida pelas normas estabelecidas nesta Lei Complementar, objetivando a cooperação interfederativa para a execução de funções públicas de interesse comum. Passarão a integrar a RMM os municípios que vierem a ser criados em decorrência de remembramento, desmembramento, incorporação ou fusão dos indicados no caput deste artigo. A referida Lei ainda intera no Art. 2º, que a ampliação da RMM está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

I – Evidência ou tendência de conurbação;

II – necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; e

III – existência de relação de integração funcional de natureza socioeconômica ou de serviços.

A Lei Complementar Nº 50, de 15 de outubro de 2019 ressalta em parágrafo único que o exercício das funções públicas de interesse comum será compartilhado pelos municípios e pelo Estado, observando-se os critérios de parceria definidos pelo órgão deliberativo do Sistema Gestor Metropolitano. Aborda, ainda, no seu Art. 3º que para os efeitos desta Lei, considera-se:

- I. Âmbito metropolitano: o território abrangido pela RMM, compreendendo a cidade metropolitana e a zona rural;
- II. cidade metropolitana: o conjunto de áreas urbanizadas, conurbado ou não, dentro do âmbito metropolitano;
- III. interesse metropolitano: toda ação que concorra para o desenvolvimento da RMM;
- IV. de interesse comum no âmbito metropolitano, toda ação de interesse metropolitano, para cuja execução sejam necessárias relações de compartilhamento intergovernamental dos agentes públicos.

Desse modo, a função pública de interesse comum no âmbito metropolitano: são as atividades relativas:

- a) ao planejamento, global ou setorial, das questões territoriais, ambientais, sociais, econômicas e institucionais, inclusive referente aos serviços públicos de interesse comum;
- b) a organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de interesse comum;
- c) ao financiamento da implantação, operação e manutenção de obras e serviços, e também sua remuneração e recuperação de custos; e supervisão, controle e avaliação da eficácia da ação pública metropolitana.

Na verdade, a legislação em comento estabeleceu normas e diretrizes para o desenvolvimento municipal, porém, permanecendo silencioso quanto ao conflito das questões do desenvolvimento regional urbano nas suas diferentes escalas e possibilidades de ocorrência. Desse modo, se faz necessário uma complementação, voltada para a regulamentação que articule ações no âmbito territorial de interesses comuns.

Assim, deveria existir uma preocupação com a expansão espacial da RMM em virtude da intensificação do processo de urbanização e do crescimento populacional. Organizar,

planejar e compreender a gestão e o funcionamento dos municípios que compõe a RMM especialmente nas questões relativas à violência, saúde, emprego, educação, transporte e infraestrutura, principalmente em áreas conurbadas são exigências que devem serem analisadas diante das mudanças que estão ocorrendo nos espaços urbanos municipais.

### 1.2.1 Informações gerais dos municípios da RMM

Os municípios, representam as menores divisões administrativas da República Federativa. Eles podem se autogovernar e autolegislar, tudo dentro dos limites territoriais e hierárquicos da Federação. Assim, podemos definir os Municípios brasileiros como as entidades mais básicas da República Federativa do Brasil, dotadas de certa autonomia administrativa e legislativa. Além do próprio Poder Executivo, possuem também seu próprio Poder Legislativo, exercido pelos vereadores. A administração Pública Municipal é uma ferramenta-chave para a resolução dos problemas da população. São os agentes municipais que podem criar novas condições para o desenvolvimento municipal, em especial, com a implantação de políticas públicas.

Nesse contexto, ao integrar a uma região metropolitana permite a execução de ações conjuntas entre legisladores municipais para questões de saúde, educação, transporte (integração, mobilidade), econômicas e violência urbana. Essas ações, por sua vez são regidas por leis elencadas no texto. O quadro 3 apresenta informações relevantes para compreender a dinâmica espacial dos municípios que compõem a RMM.

**QUADRO 3: Informações gerais dos municípios que compõem a RMM**

<b>Barra de Santo Antônio</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	131,364 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	15.932 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,557 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	102,79 hab/km <sup>2</sup> [2010]

<b>Barra de São Miguel</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	74,247 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	8.322 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,615 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	98,86 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Coqueiro Seco</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	39,608 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	5.845 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,586 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	139,09 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Maceió</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	509,320 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	1.018.948 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,721 (2010)
<b>Densidade demográfica</b>	1.854,10 hab/km <sup>2</sup> [2010]



<b>Marechal Deodoro</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	340,980 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	51.901 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,642 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	138,62 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Messias</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Mata alagoana
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	114,156 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	17.856 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,568 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	137,77 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Paripueira</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	92,788 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	13.176 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,605 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	122,05 hab/km <sup>2</sup> [2010]

<b>Pilar</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	259,614 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	35.111 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,610 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	133,37 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Rio Largo</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	293,816 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	75.120 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,643 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	223,56 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Santa Luzia do Norte</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	28,857 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	7.296 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,597 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	232,77 hab/km <sup>2</sup> [2010]

<b>Satuba</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Maceió
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	41,268 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	13.828 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,660 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	342,57 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Murici</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Mata alagoana
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	41,268 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	13.828 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,660 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	342,57 hab/km <sup>2</sup> [2010]
<b>Atalaia</b>	
<b>Mesorregião</b>	Leste alagoano
<b>Microrregião</b>	Mata alagoana
<b>UF</b>	Alagoas
<b>Região Metropolitana</b>	RM Maceió
<b>Área Territorial Km<sup>2</sup></b>	533,258 km <sup>2</sup> [2019]
<b>População estimada</b>	47.185 pessoas [2019]
<b>Índice de desenvolvimento humano municipal</b>	0,561 [2010]
<b>Densidade demográfica</b>	83,82 hab/km <sup>2</sup> [2010]

Fonte: IBGE, 2020

## **2. O PROCESSO DE CONURBAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS MACEIÓ, RIO LARGO E SATUBA QUE COMPÕEM A RMM**

### **2.1 Conurbação: Uma breve revisão teórico-conceitual**

Para apresentar o processo de conurbação entre os municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba, buscou-se compreender a abordagem precursora de Geddes (1994), onde o mesmo sentiu a necessidade de explicar pela primeira vez em sua obra *Cidades em Evolução* publicado em primeira edição em 1915, uma nova forma de agrupamento urbano por conta da expansão das cidades industriais que absorviam/criavam núcleos urbanos. O autor inicia sua análise destacando a transformação que Londres sofreu no início do século XX, afirmando:

Esse polvo, ou melhor, esse pólipó que é Londres, é algo curioso, um enorme crescimento irregular, sem precedente no mundo – à semelhança, talvez, dos prolongamentos de um grande recife de coral: esqueleto de pedra, pólipos vivos -, um recife humano, se quiser. E ele avança, timidamente, a princípios; os matizes pálidos crescendo mais que os outros, mas os matizes mais densos, em maior número, prosseguem em cada ponto. Por dentro, vê-se uma área escura e povoada, um centro que pulsa diariamente, como que nos pedindo uma comparação mais leve, melhor do que uma vida coralina. (GEDDES, 1994, p. 43 e 44)

Assim, estava surgindo uma nova forma de agrupamento urbano devido à expansão das cidades industriais que absorviam/criavam núcleos urbanos, ressaltando o fenômeno urbano que estava acontecendo no que ele chamou de “Grande Londres”. O autor complementa sua análise sobre a nova configuração da “Grande Londres” questionando que:

Essa é uma imagem aproximada do aspecto real da Grande Londres, diferente da Londres histórica. Para nós, que a percebemos à distancia, ou para seus habitantes, hoje, o que nos importam esses velhos limites dos condados, pensamente traçados no passado e até rigorosamente mantidos, têm utilidade prática, servem a algum propósito? Que importância têm hoje as divisões entre inúmeras vilas oficiais e vilarejos, cujos nomes históricos desaparecem, aparentemente para sempre, como plantas microscópicas, pequeninas plantas e animais, implacavelmente devorados por uma imensa e envolvente ameba? (GEDDES, 1994, p. 44)

Através deste questionamento, o autor amplia seus estudos para explanar o fenômeno urbano que estava acontecendo na Inglaterra. Assim, destaca o acelerado estágio de aglomeração urbana da Grande Londres dando ênfase ao processo de absorção de condados excluindo os limites territoriais que existiam antes. O ajuntamento desses condados transformou vilas e vilarejos em um único arranjo espacial, onde Geddes chamou de conurbação. O autor, também, elenca a necessidade de pesquisa em cidades menores e em grupos urbanos ressaltando que “o mesmo processo surge aqui (Londres): cidades industriais

e cidades ligando-se a grandes regiões urbanas “conurbações” o que requer um imenso levantamento” (GEDDES, 1994, p. 46).

Dessa forma, o autor mostra grande preocupação ao falar do processo de crescimento das grandes aglomerações urbanas, e chama atenção para a relevância de uma organização, talvez um planejamento urbano. Pois, as consequências podem ser destrutivas ou diversas se tiver uma desatenção ou ausência de um planejamento urbano para pensar a vida das pessoas que vivem nessas novas formas criadas nas cidades.

Refletindo sobre as novas formas que iam iniciando na Grande Londres, Geddes (1994, p. 48) dar o nome de conurbação, salientando que,

[...] na verdade, transformações, da tradição geográfica da cidade e do campo, onde crescemos, e expressa-los com maior propriedade, precisamos de um pequeno aumento do nosso vocabulário; a expressão de uma nova ideia, para a qual ainda não existe um vocabulário, merece uma nova palavra. Essas cidades-região, essas cidades-agrupamentos pedem um nome. Não podemos chama-las constelações; o vocabulário conglomerações parece mais próximo da realidade presente, mas ainda não é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a expressão dessa nova forma de agrupamento demográfico, que já está, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida, de governo e administração bem definidos.

Por conseguinte, Geddes cria um novo conceito e assim introduz uma nova palavra ao vocabulário dos estudos sobre o espaço urbano. A partir das suas análises surge um novo termo – conurbação – no qual apresentou contribuições significativas para estudos posteriores. “Isto é, a nação de amanhã. As grandes cidades vizinhas estão sendo ligadas pelas linhas de bonde, traçadas de ruas, estradas de ferro, enquanto grandes espaços abertos que deveriam ter sido preservados já são irrecuperáveis” (GEDDES, 1994, p. 48).

No Brasil, conurbação é um tema muito debatido há anos, contudo ainda se administram cidades que passam por esse processo como um fato isolado, “como um sistema fechado de lógicas internas próprias e cuja interligação com sistemas vizinhos se daria por lógicas externas de outra ordem” (NASPOLINI, 2015, p. 2). Naspolini (20015, p. 2) ressalta, que “o caráter disperso das cidades atuais, brasileiras ou não, acarreta na fusão dos tecidos urbanos de municípios vizinhos e no entrelaçamento de suas dinâmicas locais cotidianas”. Entretanto, tal entrelaçamento não vem acompanhado de novas institucionalizações do planejamento e gestão do território.

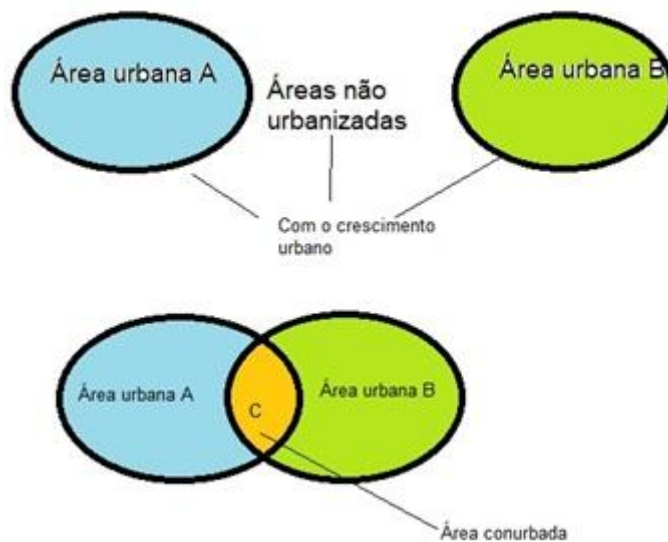
Nesse contexto, diferente da Grande Londres, assim chamada por Geddes, onde o autor identifica uma nova forma de agrupamento urbano por conta da expansão das cidades industriais que absorviam/criavam núcleos urbanos, denominando o fenômeno que ali estava ocorrendo de conurbação,

Para Santos E. (2014, p.1) “as cidades se constituem como realização humana e vão se estabelecendo ao longo de um processo histórico que resultam em assentamentos humanos com variadas características, formas e funções”.

No Brasil, o fenômeno da conurbação passa a ocorrer por volta da década de 1920, em decorrência do crescimento das áreas urbanas e do estabelecimento de um vínculo entre cidades unidas fisicamente. Este processo é característico das grandes cidades e suas áreas metropolitanas, no entanto também é identificada a ocorrência do fenômeno em áreas não metropolitanas. Nesses casos, a produção do espaço urbano em decorrência das relações de produção, ocorre dentro de um contexto sociohistórico que promove a fusão desses núcleos urbanos, estabelecendo fortes inter-relações socioeconômicas. (SANTOS E. 2014, p. 1)

Logo, o processo de conurbação não pode ser analisado como um fenômeno pronto e acabado, pois as cidades ganham formas dinâmicas no decorrer do tempo. Assim como a compreensão da produção do espaço urbano não é essencialmente algo definitivo, pois vai se constituindo ao longo dos processos histórico e socioeconômico com determinações específicas, como ilustra a figura 8.

**FIGURA 8: Exemplo clássico de conurbação**



Fonte: Ribeiro, 2020

Villaça (1998) ajudará a entender a configuração socioeconômica dos núcleos conurbados, a interpretar quais são as carências existentes nos serviços públicos ofertados dentro da área estudada, assim como observar a dinâmica de deslocamentos das pessoas na busca por soluções para suas necessidades básicas de saúde, educação etc.

Desse modo Villaça (1998, p.51) explica que:

O processo de conurbação ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios. Uma cidade absorve outra quando passa a desenvolver com ela uma intensa vinculação socioeconômica.

Para Villaça (1998) é necessário, não apenas, definir conurbação, mas saber qual a natureza de seus processos, assim, afirma que “devem ser destacados os deslocamentos espaciais de pessoas, pois são estes fluxos que caracteriza o arranjo espacial existente” (VILLAÇA, 1998, p. 51). Assim entende-se que as áreas conurbadas se tornam cada vez mais dinâmicas, havendo uma grande movimentação de fluxos nos seus limites territoriais.

Souza (2005) destaca as relações entre cidades vizinhas e como estas estão alcançando níveis demasiadamente profundos, assim lembra que:

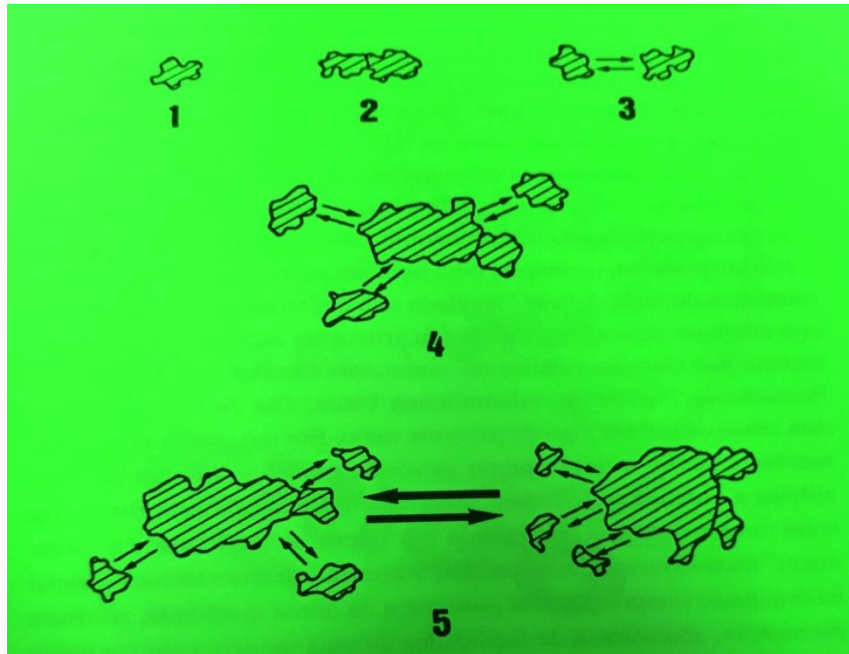
Costuma-se pensar em uma cidade como uma entidade isolada e fortemente individual: a cidade x foi fundada em algum momento, há alguns ou muitos séculos, cresceu, sofisticou-se... Ocorre que as cidades, muito frequentemente, situam-se tão próximas umas das outras que a interação entre elas vai, à medida que crescem e se relacionam mais e mais entre si, sofrendo uma transformação importante. (SOUZA, 2005, p. 32)

Na verdade, o autor afirma que as relações entre cidades vizinhas não trata apenas de relações simplórias de compra e venda entre os comerciantes e moradores das cidades, nem mesmo da busca de melhores serviços que possam ser oferecidos em uma das unidades político-administrativas, assim como, de instituições político-administrativas, legislativas, judiciais, religiosas e militares, sediadas em uma, mas que exercem seu poder também a outra. Portanto, “o que vai ocorrendo é que elas se situam tão próximas e os vínculos entre elas se tornam tão intensos que certos fluxos passam a costurá-las muito fortemente, e no fundo, elas passam a existir como se fossem uma só, ao menos sob vários aspectos” (SOUZA, 2005, p. 32).

Vale lembrar, que Souza (2005) ao abordar o tema conurbação, explica como se forma uma aglomeração urbana. Para o autor, se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um minissistema urbano em escala local, tornando seus vínculos mais fortes, podendo haver conurbação ou não, conforme apresenta a figura 9.

**FIGURA 9: Modelos gráficos de aglomeração urbana de acordo com Souza (2005)**

Legenda: 1 centro isolado; 2 aglomeração com conurbação; 3 aglomeração sem conurbação, 4 metrópole; 5 megalópole  
(as setas indicam movimento pendular diário residência → local de trabalho → residência)



Fonte: Souza (2005), adaptado

Portanto, a partir do referencial teórico apresentado, este trabalho buscou analisar o significado dos limites territoriais entre os municípios da Região Metropolitana de Maceió, considerando o processo de conurbação, entre Maceió, Rio Largo e Satuba, assim como, seus limites formais.

## 2.2 Elementos espaciais que explicam a conurbação Maceió, Rio Largo e Satuba

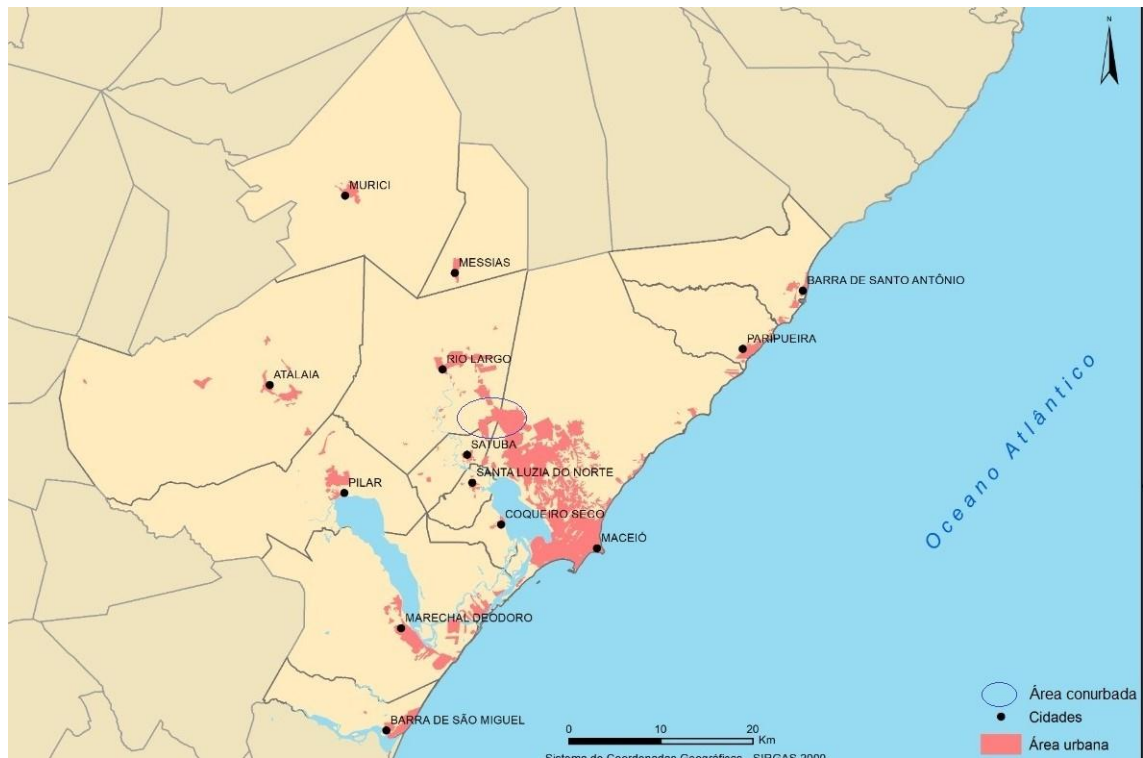
Diante da investigação teórica acerca do processo de conurbação, apreende-se que o mesmo surge a partir da expansão urbana que termina por absorver/juntar duas ou mais cidades sendo, assim, resultado da expansão urbana, induzindo a uma continuidade espacial. “Os limites político-administrativos, as interações espaciais, as inter-relações socioeconômicas e o processo de absorção são elementos que compõem o processo de conurbação em sua forma clássica em diferentes contextos urbano-regionais” (SANTOS, E.; PEIXINHO 2015, p. 43).

É importante lembrar que o estudo sobre a expansão urbana pode ser explanado de diversas formas, como por exemplo, de acordo com o crescimento populacional (COSTA, 2005; BARCELLOS, 2004) ou pela dimensão territorial, crescendo de modo a ampliar sua área urbana. A ampliação do perímetro urbano termina indo além dos limites oficiais da



cidade. Nesse contexto, a figura 10 apresenta a localização geográfica dos municípios em foco e a área conurbada formada pela união das áreas urbanas, instituindo uma mancha urbana única.

**FIGURA 10: Região Metropolitana de Maceió – área conurbada entre Maceió, Rio Largo e Satuba**



Fonte: Ribeiro 2020

Considerando a localização geográfica como resultado da posição inerente ao processo de conurbação, a posição dos seus limites possibilita a continuidade espacial por meio da expansão urbana e das interações espaciais entre as manchas urbanas. Desse modo, para Claval (2011) o conjunto das informações localizadas constitui a base sobre a qual se preparam as decisões que têm a ver com o espaço e a partir da qual se elaboram os saberes geográficos.

Vale ressaltar, que os limites territoriais é elemento essencial de observação, pois condiciona o surgimento da conurbação, já que este não existe sem diferentes cidades. Para o IBGE, o termo limites indica divisão político-administrativa em nível federal, estadual ou municipal. Desse modo, a expansão urbana entre os limites político-administrativos de duas ou mais cidades revela a eliminação destes limites por meio da expansão urbana. Portanto, o

presente trabalho, buscou analisar as dinâmicas populacionais e socioeconômica da conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba.

### 2.2.1 Dinâmica migratória

Diante de um esforço empírico, percebe-se uma dinâmica migratória nos quais foram analisados a migração rural - urbano, urbano - urbano, assim como as migrações pendulares.

A migração rural - urbano, também conhecida como êxodo rural, se deu com a transferência de populações rurais para o espaço urbano. No âmbito nacional a migração rural - urbano apresentou dois períodos importantes: 1950 - 1980 décadas que foram marcadas por políticas de industrialização e substituição de importação, e o sucesso de tal política foi responsável pela criação de um diversificado mercado urbano de trabalho. De 1990 - 2010 as políticas de substituição de importação, que foram a grande chave para o deslocamento da população pela industrialização, deixaram de existir, na medida em que a indústria já tinha se desenvolvido de tal modo que já estava descentralizada das grandes cidades, cumprindo um importante papel econômico também nas médias e pequenas cidades do país. O quadro 4 apresenta os principais fatores responsáveis pela migração rural-urbano brasileira.

#### QUADRO 4: Principais fatores responsáveis pela migração rural – urbano brasileira.

<p><b>Fatores repulsivos do êxodo rural</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– A mecanização do campo, ou seja, a chegada das máquinas para efetuar os trabalhos rurais, como a colheitadeira, a máquina de arar, tratores, etc;</li> <li>– Substituição da mão de obra que era realizada pelos trabalhadores rurais por máquinas;</li> <li>– Menos empregos no setor primário, forçando a saída da população do campo para as cidades;</li> <li>– Baixos salários;</li> <li>– Concentração da produção do campo;</li> <li>– Alta concentração fundiária, onde grandes áreas de terras férteis estão concentradas nas mãos de poucos latifundiários;</li> <li>– Baixa disponibilidade de terras para se cultivar pela população rural de renda baixa e média.</li> </ul>
---	--

<p><b>Fatores atrativos do êxodo rural</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhores ofertas de emprego, por meio da industrialização urbana, setores secundário e terciário;</li> <li>- Melhores condições financeiras;</li> <li>- Rápido acesso a bens materiais, serviços e produtos;</li> <li>- Maior oferta de serviços públicos como hospitais e escolas;</li> <li>- Acredita-se que a cidade é capaz de oferecer mais oportunidades e qualidade de vida que o campo.</li> </ul>
<p><b>Os principais fatores responsáveis pela diminuição do êxodo rural no Brasil</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade já escassa de trabalhadores rurais no país, exceto no Nordeste, que ainda possui uma relativa reserva;</li> <li>- Aumento nos investimentos para os pequenos produtores e agricultores familiares;</li> <li>- Criação de programas sociais pelo governo para garantir que as pessoas encontrem melhores condições de vida no campo;</li> <li>- Melhora na economia nacional, que refletiu no poder de compra e na qualidade de vida da população.</li> </ul>

Fonte: RIBEIRO, 2020

Em Maceió, O êxodo rural começa nas duas primeiras décadas do século XIX, mas só se radicaliza a partir dos anos 1960. “A população de Maceió acelera-se, de fato, a partir dos anos 1960, com a introdução das novas tecnologias nos canaviais e o começo da expulsão dos moradores das fazendas” (LESSA, 2011, p. 1). Essa migração ocorre em vários momentos, contudo a fase mais intensa ocorre no período do Programa Nacional do Álcool<sup>1</sup> entre 1975 a 1985, menos intensos depois. A chegada em massa da população rural a Maceió sucedeu quando a cana-de-açúcar expandiu para os tabuleiros e as fábricas têxteis e o algodão

<sup>1</sup>O Programa Nacional do Álcool foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

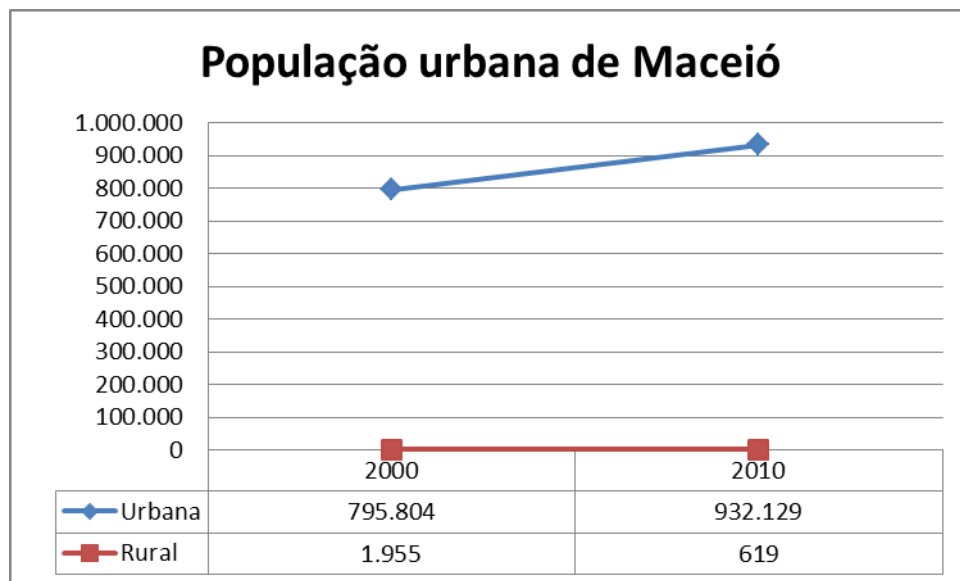
entraram em declínio. “Essa chegada coincide com a construção de uma hegemonia canavieira na economia e na política numa abrangência que não existia no passado” (LESSA, 2011), como consequência houve um aumento da população urbana maceioense e um crescimento desigual e desordenado da cidade (quadro 5, figura 11).

**QUADRO 5: Taxa de crescimento populacional urbano de Maceió**

Período	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2001
Taxa de crescimento	55,8%	48,7%	36,4%	17,1%

Fonte: IBGE, 2020

**FIGURA 11: Crescimento da população urbana de Maceió entre 2000 a 2010**



Fonte: IBGE, censo 2010

Observa-se no quadro 6, a seguir, que Rio Largo também teve um aumento significativo da população, já o município de Satuba teve uma diminuição da população de acordo com o censo 2010, contudo, a prefeitura municipal estima um aumento da população devido a chegada dos empreendimentos residenciais complexo Satuba Nova (Condomínios Recantos).

**QUADRO 6: População urbana e rural dos municípios Maceió, Rio Largo, e Satuba**

<b>Município</b>	<b>População urbana 2000</b>	<b>População rural 2000</b>	<b>População urbana 2010</b>	<b>População rural 2010</b>
<b>Maceió</b>	795.804	1.955	932.129	619
<b>Rio Largo</b>	54.856	13.625	55.947	12.534
<b>Satuba</b>	9.510	2.006	12.792	1.811

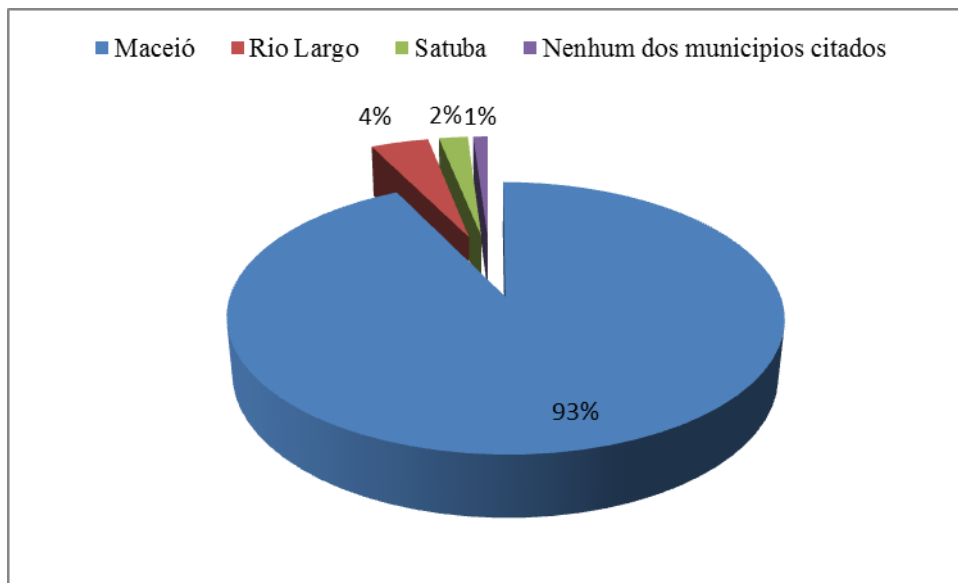
Fonte: IBGE, censo 2010

Nesse caso, o crescimento da população urbana dos três municípios com perfis demográficos distintos é um componente da possibilidade de conurbação entre suas áreas urbanas, pois o crescimento da população aliada ao crescimento da mancha urbana altera o padrão de ocupação da área urbana, fazendo com que cada vez mais os núcleos urbanos estejam próximos, até o ponto em que não há como distinguir seus limites paisagísticos, e, em alguns casos, seus limites administrativos, ou seja, conurbam-se.

A migração urbano - urbano é um tipo de migração que se dá com a transferência de populações de uma cidade para outra. É o tipo de dinâmica migratória que pode ocorrer em áreas conurbadas devido a fusão das áreas urbanas dos municípios, apresentando a forma de como uma cidade em crescimento absorve e/ou gera núcleos urbanos a sua volta, pertencentes as unidades político-administrativas, formando um tipo particular de cidade.

Através do questionário aplicado no condomínio residencial Recanto dos Mares localizado na área de estudo identificou-se que grande parte da população entrevistada realizou a migração urbano – urbano, pois ao fazer a pergunta “local do domicílio em que residia antes do atual, 93 % informaram ter residido no município de Maceió como apresenta a figura 12.

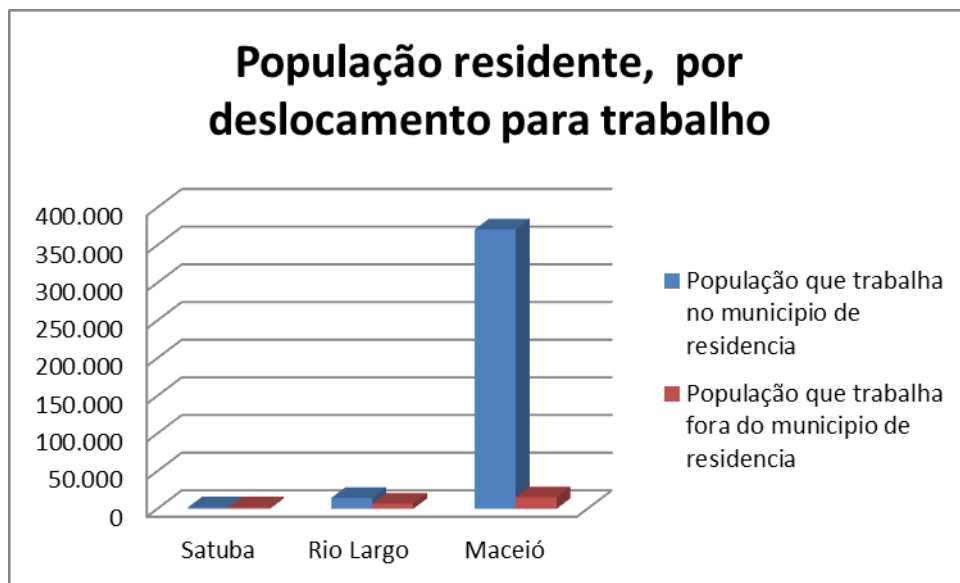
**FIGURA 12: Município de residência da população entrevistada antes de morar na área conurbada Maceió-Rio Largo-Satuba**



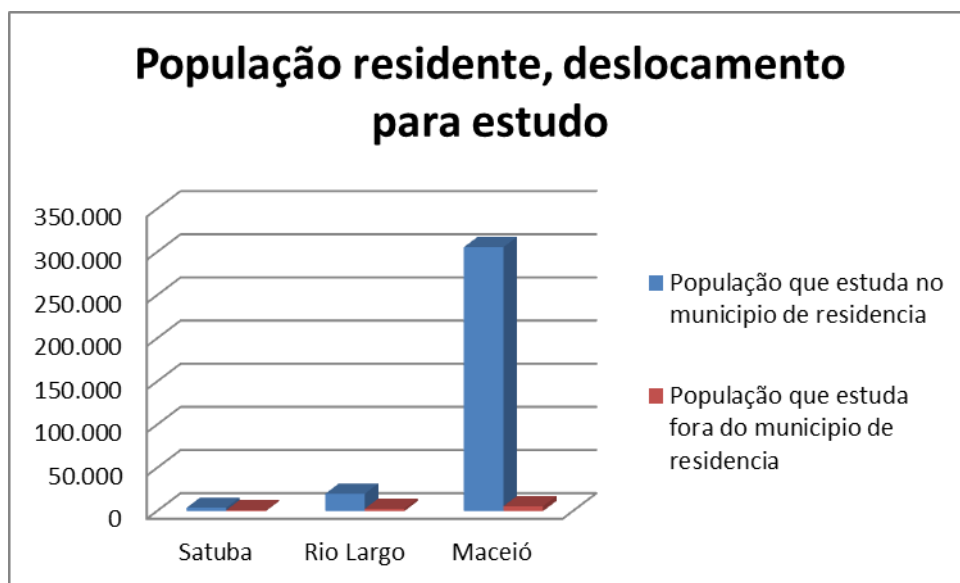
Fonte: RIBEIRO, 2020

A migração pendular é caracterizada pelo deslocamento diário de pessoas para estudar ou trabalhar em outra cidade, após realizar a atividade profissional ou cumprir a carga horária de estudo, essas pessoas retornam para as cidades onde residem. Esta dinâmica migratória pode ocorrer “a partir da contradição entre as cidades enquanto organismo físico e socioeconômico integrado e as cidades enquanto unidades político-administrativas fragmentadas” (SANTOS, E.; PEIXINHO 2015, p. 43).

O Censo Demográfico do IBGE de 2010 revela os dados por amostra dos deslocamentos da população residente para trabalho e para estudo por município no âmbito geral dos dados censitários demográficos referentes aos municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba, conforme as figuras 13 e 14.

**FIGURA 13: População residente, por deslocamento para trabalho**

Fonte: IBGE, censo 2010

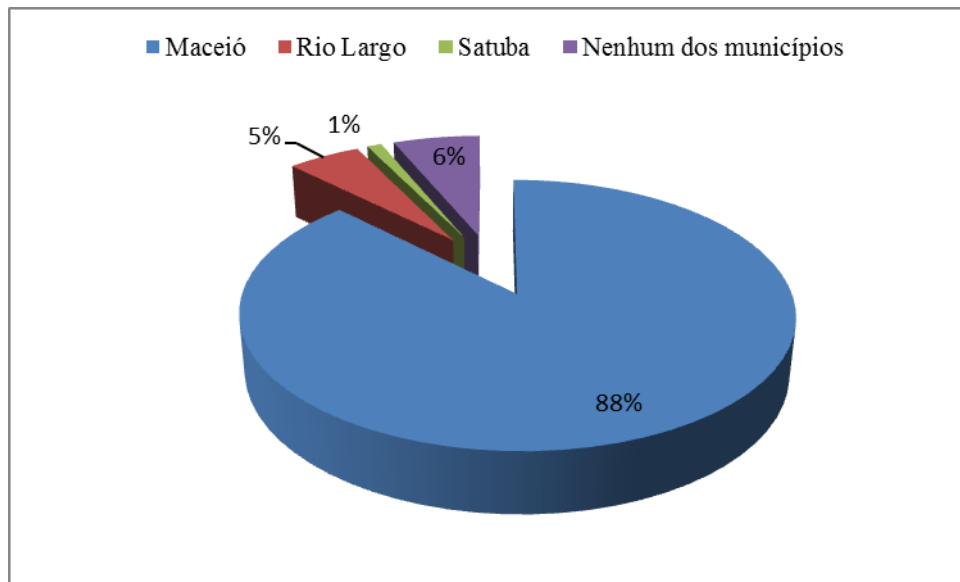
**Figura 14: População residente, deslocamento para estudo**

Fonte: IBGE, censo 2010

A partir dos dados apresentados na figura 13 e 14 é possível inferir que as migrações pendulares ocorrem, entre os municípios em questão. Vale ressaltar que os dados apresentados acima foram obtidos levando em consideração a população geral de cada município. Porém, esse movimento, que está relacionado principalmente ao deslocamento para trabalho, inferi uma ideia da forte vinculação social e econômica entre as cidades.

De acordo com os dados por amostras obtidos pela pesquisa de campo na área conurbada entre os três municípios, 88% dos entrevistados declaram trabalhar em Maceió como apresenta a figura 15, ou seja, seu domicílio residencial localiza-se na referida área, contudo trabalham no município de Maceió, caracterizando migração pendular.

**FIGURA 15: Município que a população que reside na área conurbada Maceió-Rio Largo-Satuba trabalha**



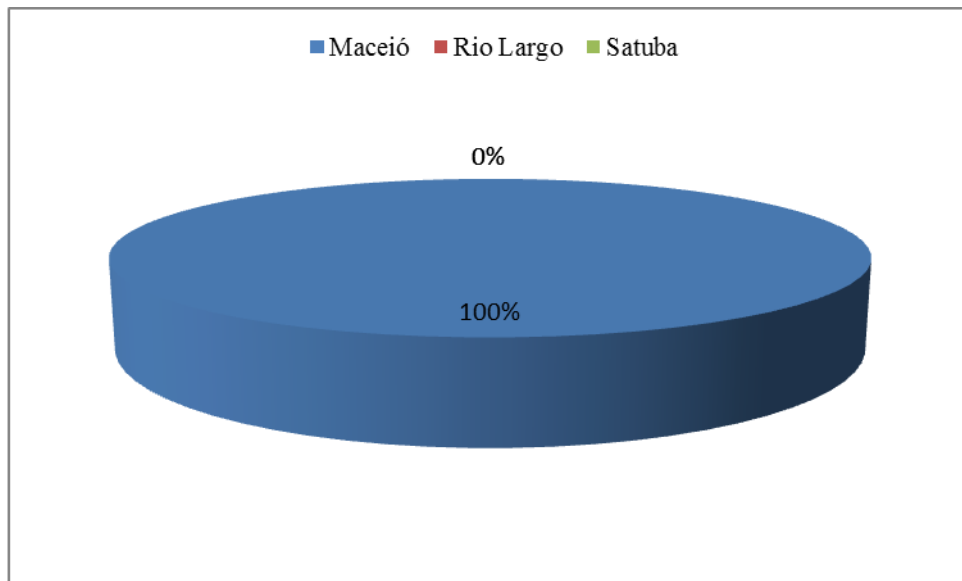
Fonte: RIBEIRO, 2020

Desse modo, a área conurbada analisada apresenta movimentos migratórios marcantes definidos a partir de dados obtidos pelo IBGE e pesquisa de campo.

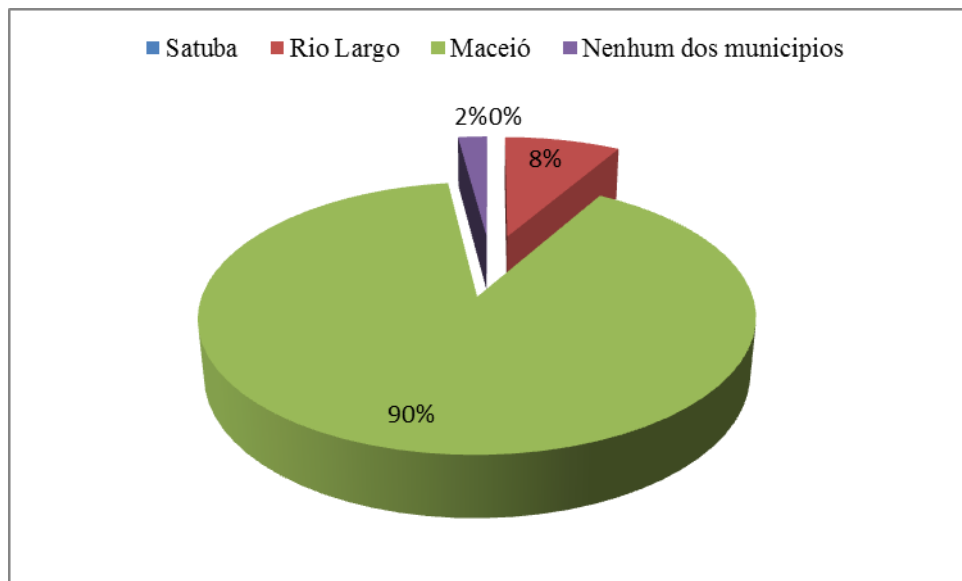
### 2.2.2 Dinâmica econômica

Junto à dinâmica migratória, outro fator deve ser levado em consideração na análise espacial do processo de conurbação que são, justamente, as inter-relações sociais e econômicas. Essas inter-relações, logo, promovem interdependência entre as cidades, dinamizando o espaço ainda mais. Maceió se torna o ponto por meio do qual se desenvolvem, em maior intensidade, as interações socioeconômicas, conforme apresenta a figura 16 e 17.



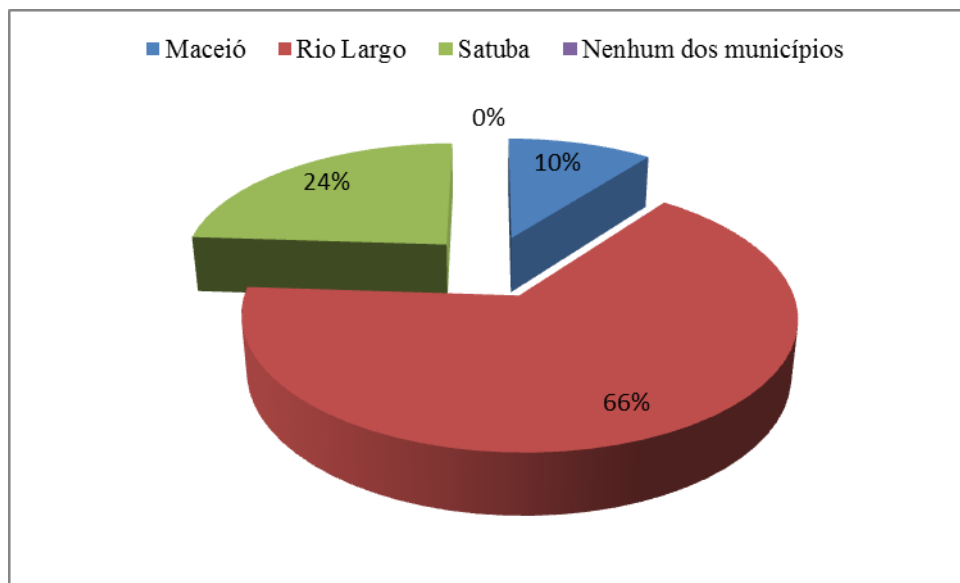
**FIGURA 16: Município que a população pesquisada faz grandes compras**

Fonte: RIBEIRO, 2020

**FIGURA 17: Município que a população pesquisada exerce atividade de lazer**

Fonte: RIBEIRO, 2020

Contudo, dados da pesquisa também apresentam que Satuba e Rio Largo atraem demanda por meio de seus fixos, mesmo de forma menos intensa, conforme apresenta a figura 18.

**FIGURA 18: Município que a população faz pequenas compras**

Fonte: RIBEIRO, 2020

A partir desses dados, pode-se inferir que as interações espaciais entre Maceió, Rio Largo e Satuba apresentam-se diariamente, de uma forma mais intensa direcionada para Maceió, e de forma menos intensa entre os três municípios no sentido do movimento da população em relação às pequenas compras. Essas dinâmicas espaciais proporcionam uma ideia da forte vinculação social e econômica entre os municípios. Por conseguinte, essas interações espaciais como trabalho, estudo, lazer e compras fazem surgir as interações promovidas pela dinâmica de consumo e produção.

### 2.2.3 Dinâmica imobiliária

A área conurbada das cidades em foco recebeu vários investimentos, principalmente por parte do Programa Minha Casa Minha Vida financiada pela Caixa Econômica Federal de Alagoas para construção de condomínios residenciais. Ressalta-se que o Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, trata-se de uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias para famílias de baixa renda.

Este espaço urbano conurbado é produzido por alguns agentes sociais como os proprietários de terra e os promotores imobiliários que atuam entre os limites das cidades desempenhando ações no processo de lançar novas áreas residenciais. Segundo Corrêa (2002) os proprietários de terra atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, assim

tem interesse na expansão do espaço da cidade ou cidades na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural.

Corrêa (2002) aponta que os promotores imobiliários compõem um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as operações de incorporação, financiamento, construção do imóvel e comercialização, no caso da área em estudo esses agentes são representados pela Caixa Econômica Federal, a empresa construtora e a agência imobiliária responsável pelas vendas e propagandas.

Na verdade, a atuação desses agentes não se faz isoladamente, mas sim em conjunto produzindo condomínios residenciais e negociando através do programa habitacional do governo federal destinado para famílias de baixa renda. Contudo, como ressalta Corrêa (2002) a demanda de habitações apresenta uma camada social oriunda de fluxos migratórios e que detêm um nível de renda que as tornam capacitadas a participar do mercado de habitações.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Satuba (2019) a partir do ano de 2011, a cidade recebeu em seu território 12 novos condomínios residenciais com a construção de 6.144 casas populares, através do Programa Federal 'Minha Casa, Minha Vida'. Essas residências foram entregues aos novos moradores entre os anos de 2014 e 2018, na região denominada Nova Satuba.

Os condomínios que compõem o complexo Satuba Nova possuem aproximadamente 380 residências, possuem uma área de lazer composta por salão de festa, quadra poliesportiva e dois parquinhos infantis. São condomínios fechados com a existência de uma portaria e administração representada pela figura de um síndico. Possuem funcionários na portaria e vigilância 24 horas, assim como funcionários para limpeza e manutenção do condomínio. As suas residências são caracterizadas por possuírem três quartos, sala de dois ambientes estar/jantar, cozinha, banheiro, área de serviço e garagem para dois carros.

A construção dos novos condomínios possibilitou a intensificação do processo de conurbação, pois se uniram aos outros conjuntos residenciais e bairros existentes na área estudada. O quadro 7 apresenta os nomes de todos os conjuntos residenciais localizados na área conurbada, incluindo o bairro Forene e Santos Dumont.

**Quadro 7: Conjuntos residenciais e bairros que compõem a conurbação Maceió-Rio  
Largo-Satuba**

<b>Conjuntos residenciais e bairros</b>
Loteamento Portal do Renascer
Chico Mendes
Cruzeiro do Sul
Guriatã
Hélio Vasconcelos
Margarida Procópio
Residencial Recanto dos Mares
Residencial Recanto da Alegria
Residencial Recanto das Palmeiras
Residencial Recanto das Arvores
Residencial Recanto das Aguas
Residencial Recanto das Saíras
Residencial Recanto das Lagoas
Residencial Recanto da Poesia
Residencial Recanto dos Vales
Residencial Recanto dos Rios
Residencial Recanto das Rosas
Residencial Recanto das Ilhas
Residencial Recanto dos Coqueirais
Santos Dumont
Forene

Fonte: Prefeitura de Rio Largo, Prefeitura de Satuba (2020)

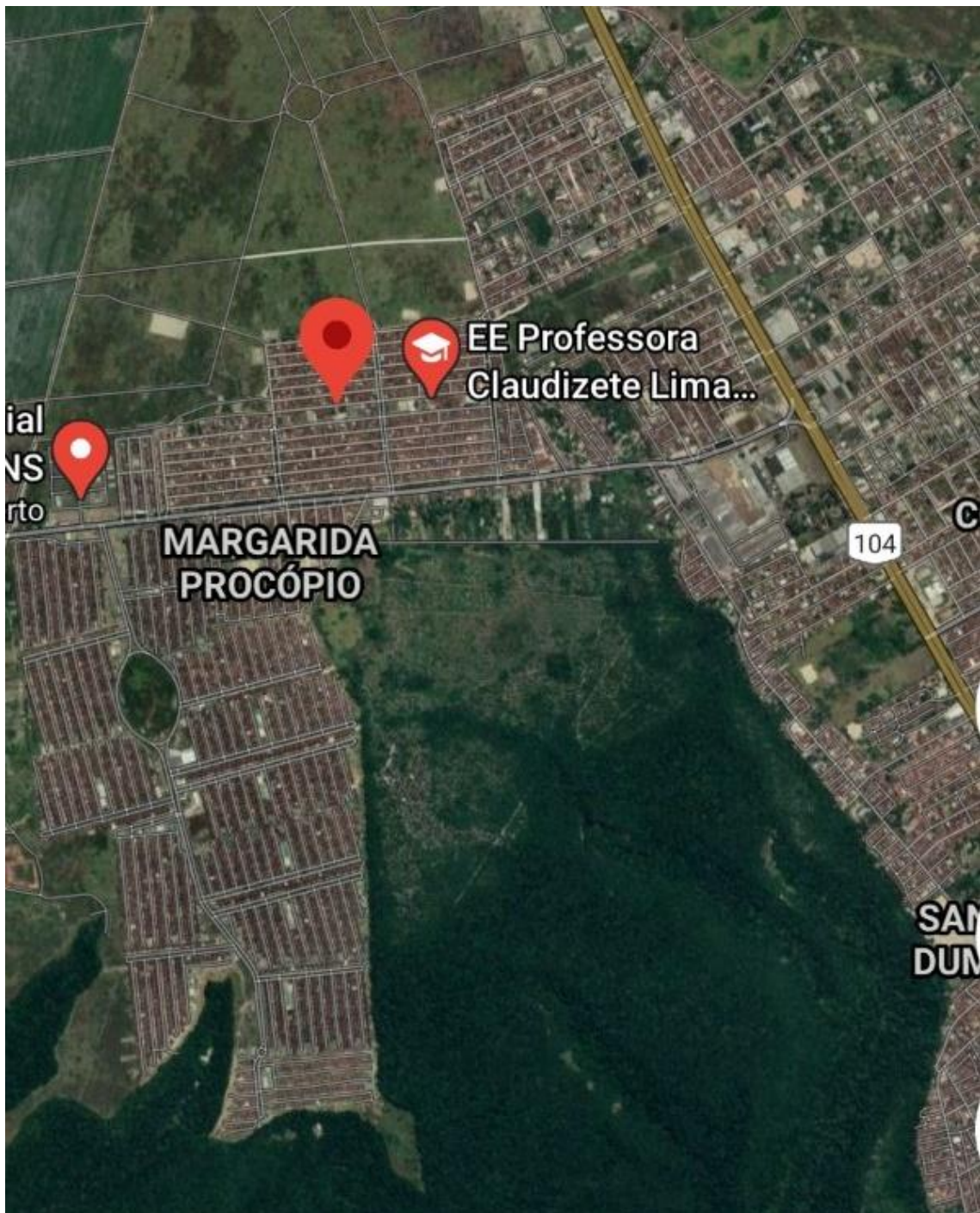
Nesse contexto, é possível observar a junção de áreas urbanas entre os municípios conforme a figura 19 que apresenta a localização dos residenciais, assim como a junção de áreas urbanas formando uma única mancha urbana.

**FIGURA 19: Localização dos residenciais**



Fonte: Google Maps, 2021

A figura 20 apresenta a localização dos condomínios residenciais em questão através de uma imagem de satélite. Observa-se a inexistência de limites territoriais, apenas uma avenida principal, a Avenida José Manhães conhecida como Avenida Utinga e uma junção de construções civis onde não tem como identificar os limites dos municípios em foco.

**FIGURA 20: Imagem de Satélite da conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba**

Fonte: Google Maps, 2020

Vale lembrar que o processo de conurbação que ocorre no recorte espacial em estudo não pode ser analisado como um fenômeno pronto e acabado, pois cada vez mais, com o passar do tempo, ganham formas e dinâmicas. Assim, ao analisar este espaço urbano percebe-se que cada vez mais a coalescência entre municípios se intensifica impulsionado por diversos processos determinantes.

### **2.3 O processo de conurbação entre os municípios de Maceió-Rio Largo-Satuba e as indefinições territoriais**

Em razão da expansão das áreas urbanas dos municípios, seus limites praticamente desapareceram, formando áreas em que é quase impossível saber onde termina uma cidade e onde começa outra. Assim, segundo Souza (2005) a conurbação se dá quando os tecidos urbanos de uma cidade e de outra se encontram e se juntam, formando uma única mancha urbana, além dos vínculos se tornarem muito fortes.

Souza (2005, p. 169) destaca, também, que conurbação,

(...) significa o resultado do “encontro” de dois ou mais tecidos urbanos em expansão. Nesse caso, mesmo que os limites formais entre dois municípios permaneçam, não há mais descontinuidades de tecido urbano edificado ente eles, pois os seus núcleos urbanos principais cresceram até se tocarem e formarem uma verdadeira coalescência, uma mancha única de espaço constituído.

No caso do processo de conurbação Maceió, Rio Largo e Satuba analisou-se uma expansão do tecido urbano entre eles, formando uma mancha única de espaço constituído. Estas manchas urbanas ao se encontrarem, se confundem nos limites dos municípios.

O tecido urbano entre os municípios cresceu de tal modo que ficou difícil delimitar os limites políticos administrativos de cada cidade. Maceió se junta com Satuba que une a Rio Largo que se une com Satuba. A figura 21 apresenta a junção do tecido urbano, no qual formou uma mancha urbana única entre os três municípios, ficando evidente a indefinição territorial entre as cidades.

**Figura 21: Indefinição territorial entre os limites dos municípios Maceió, Rio Largo e Satuba**



Fonte: Google Earth, 2020

O conjunto Residencial Portal do Renascer (ver figura 22) é um exemplo dessa indefinição territorial. Segundo uma moradora do conjunto, que não quis se identificar, têm algumas ruas dentro do próprio Residencial Portal do Renascer que pertencem a Rio Largo, outras que pertence a Satuba.



**FIGURA 22: Residencial Portal do Renascer**

Fonte: RIBEIRO, 2020

É possível observar no quadro 8 a seguir, o Loteamento Residencial Portal do Renascer pertencendo as duas unidades administrativas municipais, neste caso, Rio Largo e Satuba. O Residencial termina por ser prejudicado, tendo os serviços básicos de bairro deficiente como coleta de lixo, saúde, educação e segurança, pois as indefinições de limites tornam-se irreconhecíveis. O quadro apresenta no logradouro o mesmo nome do Loteamento Portal do Renascer, mas diverge nove vezes ao mostrar nomes de bairros diferentes, inclusive o bairro Forene que pertence a Maceió.

**Quadro 8: Loteamento Residencial Portal do Renascer**

<b>LOGRADOURO</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>CIDADE/ESTADO</b>	<b>CEP</b>
Loteamento Portal do Renascer	Centro	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do Renascer	Forene	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do	Loteamento Portal	Satuba, AL	57120-000

Renascer	Renascer		
Loteamento Portal do Renascer	Zn Rural	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do Renascer	Portal do Renascer	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do Renascer	Tabuleiro do Pinto	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do Renascer	Forene	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do Renascer	Distrito de Satuba	Satuba, AL	57120-000
Loteamento Portal do Renascer Rod Br	Tabuleiro do Pinto	Rio Largo, AL	57100-000

Fonte: <https://cep.guiamais.com.br/busca/lotm+portal+do+renascer+rod+br-rio+largo-al>

Na verdade, por ser uma área composta por vários conjuntos residenciais e bairros, à medida que estes foram se desenvolvendo uniram-se horizontalmente com outros bairros e conjuntos expandindo seus espaços de influência além dos limites municipais. Desse modo, a conurbação caracterizada por Souza (2005) e Villaça (1998) pode ser observada facilmente nos municípios limítrofes quando se deu a fusão de áreas urbanas.

É difícil definir o município que os bairros e os conjuntos residenciais pertencem, pois as indefinições não permite delimitar seus limites. Desse modo, é plausível destacar o questionamento de Geddes (1994) que nos importam os velhos limites penosamente traçados no passado e até hoje rigorosamente mantidos, têm utilidade prática? Fica muito evidente a indefinição territorial dos municípios em questão quando se observa os endereços de alguns fixos comerciais e anúncios de propagandas conforme o quadro 9.

O quadro 9 apresenta com detalhes a confusão existente nos endereços ao referenciar o bairro, em um dado momento o bairro pertence ao município de Rio Largo, em outro momento ao município de Satuba ou a cidade de Maceió, como exemplo o bairro Forene. Afinal em qual dos municípios o bairro Forene realmente pertence? A confusão também pode

ser observada ao referenciar o CEP dos municípios, pois em alguns endereços o CEP é da cidade de Satuba, mas indica outra cidade, como por exemplo Maceió. Vale ressaltar que a área possui uma principal via de acesso para os conjuntos residenciais, ver figura 23 e 24.

**QUADRO 9: Fixos comerciais e anúncios de propagandas indicando seus respectivos endereços**

<p><b>Renascer Construções</b>  Casa de Material de Construção  Lotm Portal do Renascer, 17 - ROD BR 104, Forene – Satuba  Fonte: cep.guiamais.com.br</p>
<p><b>Maceió, AL</b>  O imóvel "Casa no conjunto Margarida Procópio, rua e, número 14 - cruzeiro do sul" possui 4 dormitórios, aluguel por R\$500,00 /mês, IPTU por R\$40,00, 140m<sup>2</sup> de área e está localizado em Maceió, AL.  Casa no conjunto Margarida Procópio, rua E, número 14 - Cruzeiro do Sul.  Fonte: pb.mgfimoveis.com.br</p>
<p><b>Rio Largo, AL</b>  O imóvel "Casa no loteamento portal do renascer - Forene" possui 2 dormitórios, 2 vagas na garagem, venda por R\$138.000, 94m<sup>2</sup> de área e está localizado em Rio Largo, AL.  Fonte: pb.mgfimoveis.com.br</p>
<p><b>Restaurante Sabor Nordeste</b>  Loteamento portal do renascer 01, Quadra G, Forene, Satuba, Alagoas 57120-000  Fonte: <a href="https://localmais.com">https://localmais.com</a></p>
<p><b>Restaurante Sabor Nordeste</b>  BR-104 (5,25 km)  57120000 Maceió, AL  Fonte: <a href="https://pt-br.facebook.com/restaurantesabornordestino1">https://pt-br.facebook.com/restaurantesabornordestino1</a></p>
<p><b>Maceió, AL</b>  O imóvel "Condomínio parque dos coqueiros na Forene" possui 5 dormitórios, venda por R\$180.000, IPTU por R\$750,00, 188m<sup>2</sup> de área e está localizado em Maceió, AL.  Fonte: pb.mgfimoveis.com.br</p>
<p><b>Rio Largo, AL</b>  O imóvel "Casa na Forene Parque dos Coqueiros" possui 2 dormitórios, 1 vaga na garagem, aluguel por R\$400,00 /mês e está localizado em Rio Largo, AL.</p>

Fonte: pb.mgfimoveis.com.br

**Souza Silva Barbearia**

Ao lado da entrada do Condomínio Parque dos Coqueiros (FORENE). (4,48 km)  
57075820 Maceió, Alagoas, Brasil.

Fonte: [www.facebook.com/Barber.anderson](http://www.facebook.com/Barber.anderson)

Fonte: Elaborado por Ribeiro, 2020

**FIGURA 23: Avenida Utinga, principal via de acesso para a CEASA e para os condomínios/conjuntos residenciais.**



Fonte: RIBEIRO, 2019

**Figura 24: Avenida Utinga, principal via de acesso para os condomínios/conjuntos residenciais Complexo Satuba Nova**



Fonte: RIBEIRO, 2019

A figura 25, a seguir, apresenta um endereço bem complexo envolvendo os três municípios em foco. Santos Dumont (Maceió) é descrito como bairro, Satuba como o município e o CEP é definido como sendo de Rio Largo. Assim, não é possível uma forma precisa a qual municipalidade pertence o Centro de Abastecimento de Alagoas, apresentando uma grande indefinição territorial.

**FIGURA 25: Centro de Abastecimento de Alagoas**

CEASA/AL - Centro de Abastecimento  
Repartição pública

Estr. Utinga, 27 - Santos Dumont, Satuba - AL, 5

Aberto agora: 00:00–14:00, 23:00–00:00  
[portal.al.gov.br](http://portal.al.gov.br)  
 (82) 3315-8463  
 F672+QM Santos Dumont, Maceió - AL



Fonte: Google Maps 2020, adaptado

Vale destacar, a reportagem realizada pelo Jornal Gazeta Web sobre a indefinição territorial na área conurbada depois de estudos realizados pelo ITERAL sobre uma nova delimitação territorial entre os municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba. Uma das reportagens que tem como título “Vizinhos possuem endereços diferentes, embora residam no mesmo conjunto” localiza um profissional do correio que estava entregando correspondências e ao entrevista-lo, o profissional ressalta:

Há mais de dez anos trabalho nos Correios e alguns dos vizinhos do Margarida Procópio residem em três municípios: Maceió, Satuba e Rio Largo. Pego carta com endereço de Maceió, de Satuba e de Rio Largo, mas com localização aqui mesmo no Margarida Procópio (GAZETA WEB, 2014).

Na mesma reportagem, outra moradora cujo nome não será identificado reforça “seja Satuba ou Rio Largo, como dizem por aí, não importa. Gostaria mesmo era que dessem mais atenção à comunidade. O bairro está meio esquecido e precisa de melhor estrutura” (GAZETA WEB, 2014).

Segundo o ITERAL, órgão que é responsável somente pelo estudo técnico da área, baseado na Lei de Criação dos Municípios, existe uma polêmica envolvendo as terras em que hoje está o Conjunto Habitacional Margarida Procópio – área em conflito entre os municípios de Rio Largo e Satuba – cabe unicamente às prefeituras a resolução do caso.

Segundo o diretor técnico de Política Agrária e Fundiária, Jaime Silva, o Iteral, juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizou todos os estudos referentes aos limites territoriais do município de Satuba e identificou problemas de demarcação no local. Em suma, destaca:

Nós somos responsáveis pela revisão técnica de limites territoriais dos municípios, e de fato o Conjunto tem áreas nos dois municípios. Infelizmente, esse é um problema que também ocorre em outras cidades no Estado. Em casos assim, nós enviamos os relatórios para as prefeituras, para que eles possam entrar em um acordo legal para a administração e a assistência das áreas em questão. (SILVA, 2014)

A indefinição territorial entre municípios pode entrar na esfera política e socioeconômica. Na esfera política existe, justamente, a indefinição das responsabilidades de gestão administrativa municipal, visto que o gestor corre o risco de ser acusado de improbidade administrativa, por estar direcionando recursos além de sua municipalidade. Segundo o ITERAL um dos principais problemas resultantes das administrações “indevidas” são os riscos que os gestores municipais correm de serem acusados de improbidade

administrativa, uma vez que fundos destinados a um município estariam sendo empregados na área de outro totalmente diferente.

O Instituto de terras e reforma agrária de Alagoas (ITERAL), conclui ainda:

É inconstitucional a prefeitura de uma cidade, por exemplo, criar escolas, postos de saúde para uma comunidade de outra cidade. O prefeito que estiver empregando essas verbas de maneira errônea pode ser penalizado na justiça. Então, nós do Iteral, procuramos oferecer em casos assim, subsídios suficientes para que as prefeituras envolvidas possam criar leis em suas respectivas câmara de vereadores, que deverão ser encaminhadas para a Assembleia Legislativa do Estado (ALE), para que aja um amparo legal nesse tipo de administração. (ITERAL, 2020)

A propósito, a reportagem realizada pelo Jornal Tribuna Hoje (2017) intitulada “Iteral e gestores reúnem-se para discutir revisão de limites territoriais” ressalta que:

A regularização fundiária tem sido um tema recorrente em Alagoas, inclusive, na região metropolitana. Na terça-feira (12), foi realizada uma reunião na Prefeitura Municipal de Rio Largo, com a participação da equipe técnica do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral) e os gestores municipais: prefeito de Rio Largo, Gilberto Gonçalves; o prefeito de Satuba, Paulo Acioly; e o prefeito de Maceió em exercício, Marcelo Palmeira. O encontro serviu para discutir a necessidade de atualização do levantamento descritivo cartográfico diante do crescimento de condomínios residenciais e a divisão da população, a exemplo do Complexo Brasil Novo e o Residencial Renascer, que ficam entre municípios. E ainda, a proposta de criar uma Comissão Intermunicipal de Revisão/Correção dos limites territoriais para analisar as divisas político-administrativas e pontos conflitantes. (TRIBUNA HOJE, 2017)

Atualmente, existe um relatório complementar sobre os limites territoriais envolvendo os municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba de posse dos mesmos, assim como, uma investigação in loco para avaliar os pontos limites. Porém, tais informações não podem ser divulgadas, pois se encontram em questão de litígio por parte dos municípios. Salienta-se, também, a troca de gestores em 2021 no município de Maceió e Satuba.

### **3. O SISTEMA DE FIXOS E FLUXOS EXISTENTES NA CONURBAÇÃO MACEIÓ-RIO LARGO-SATUBA**

#### **3.1 Breve revisão conceitual**

Os fixos e fluxos, que trabalham juntos, institui novas dimensões as áreas conurbadas. Segundo Santos (1994, p. 17) o primeiro, dá ao espaço a espessura, graças ao número e diversidade dos objetos que são formados no presente. O segundo proporciona a profundidade do acontecer, pois, atravessa os fixos, estando, então, manifesto no número exponencial de ações que acontecem no próprio espaço. Santos (1994) destaca, que as relações sociais

comandam os fluxos que precisam dos fixos para se realizar. Os fixos são modificados pelos fluxos, mas os fluxos também se modificam ao encontro dos fixos.

Santos (2007) ressalta que é preciso distinguir os fixos públicos e os fixos privados, pois é somente por meio desta que será possível avaliar o papel do Estado no que se refere as suas responsabilidades administrativas, bem como, permitirá interpretar a atuação das empresas privadas nas áreas conurbadas, muitas vezes, ocupando vazios de poder deixados pelo Estado.

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatorios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro. (SANTOS, 2007, p. 142)

Nesse contexto, pode-se considerar que os fixos estão presentes de várias formas no âmbito econômico e social. Enquanto que “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica” (SANTOS, 2008, p. 62).

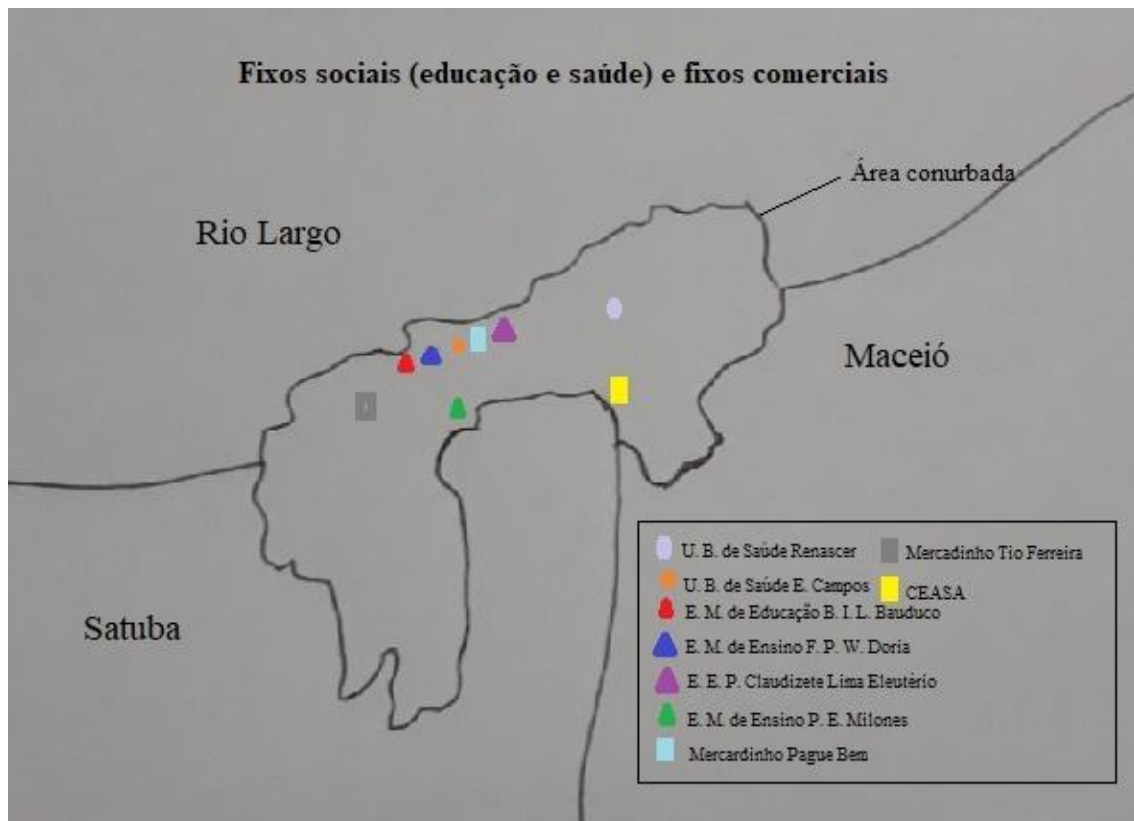
Souza (2005) salienta que o fluxo mais significativo que existirá nas áreas conurbadas será o de trabalhadores assalariados, que residem mais para os limites de uma cidade e trabalham para os limites de outra. Vale lembrar, que “os homens não percorrem as mesmas distâncias no tempo, dependendo dos meios com que contam.” (SANTOS, 2008, p. 104). “É importante ressaltar, que os fixos e fluxos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é, desse modo, que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a Geografia” (SANTOS, 2009, p. 121).

### **3.2 Fixos sociais e comerciais localizados na área conurbada**

Partindo da proposta de Santos (2009) onde afirma que a análise geográfica pode ser constituída considerando o espaço como um conjunto de fixos e fluxos, o presente texto considera os elementos fixos como instrumentos de trabalho e de força produtiva atidos no lugar. Assim, propõe-se aqui uma apresentação de alguns fixos no âmbito social (educação e saúde) e comercial existentes no espaço urbano em análise, conforme apresenta a figura 26.



**FIGURA 26: Fixos sociais e fixos comerciais localizados na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba**

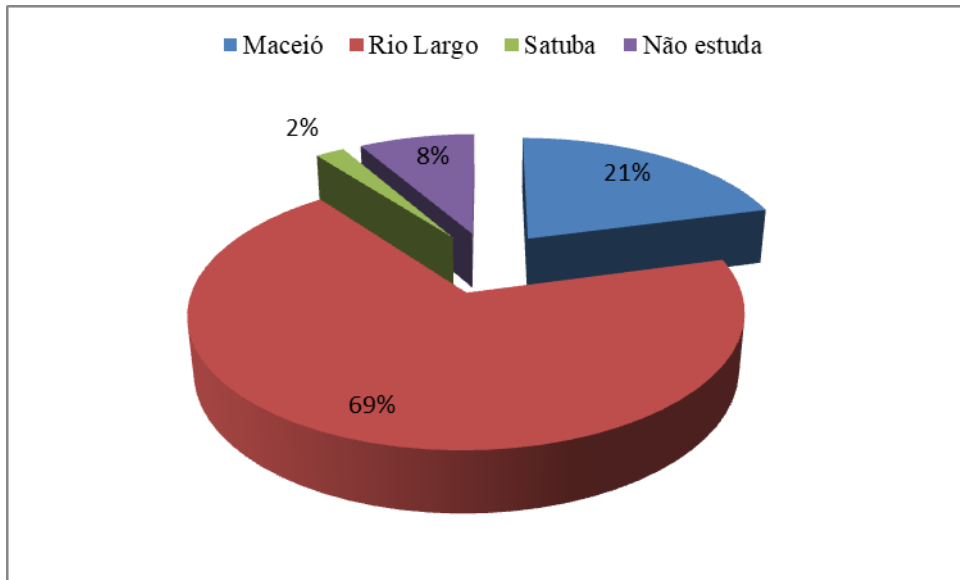


Fonte: Ribeiro, 2020

Primeiramente, foram investigados quatro fixos sociais da educação. São eles: Escola Municipal de Educação Básica Industrial Luigi Bauduco, Escola de Ensino Fundamental Prefeito Walter Doria de Figueiredo, Escola Estadual Professora Claudizete Lima Eleutério e Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Emilia Milones. É importante salientar que todos estes fixos (ver figura 26), com exceção da Escola Estadual Claudizete, são administrados pela Prefeitura de Rio Largo e atende principalmente a população no entorno.

Conforme a figura 27, 69% da população entrevistada é assistida na educação básica pelo município de Rio Largo, 21% é assistido por Maceió e apenas 2% estuda ou seu filho estuda numa escola administrada pela cidade de Satuba. Assim, existe uma concentração no serviço da educação sob o município de Rio Largo. A figura 28 apresenta os fixos sociais da educação investigados.

**FIGURA 27: Atendimento da educação básica por município a população residente na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba**



Fonte: RIBEIRO, 2020

**FIGURA 28: Fixos sociais da educação**

1. Escola Municipal de Educação Básica Industrial Luigi Bauduco,
2. Escola de Ensino Fundamental prefeito Walter Doria de Figueiredo,
3. Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Emilia Milones,
4. Escola Estadual Professora Claudizete Lima Eleutério



Fonte: RIBEIRO, 2020

O quadro 10 detalha o número de alunos matriculados e funcionários da escola segundo o censo escolar do IBGE 2018, assim é possível observar o número elevado de alunos matriculados nestes fixos. Chama atenção o número de alunos matriculados na escola Estadual Professora Claudizete Lima Eleutério, pois ultrapassa dois mil alunos matriculados. A área conurbada em análise também apresenta fixos educacionais privados, contudo estes não foram objeto de investigação.

**QUADRO 10: Números de alunos e funcionários por fixo social da educação**

<b>Fixo social da educação</b>	<b>Alunos matriculados 2018</b>	<b>Número de Funcionários</b>
Escola Municipal de Educação Básica Industrial Luigi Bauduco	711	52
Escola de Ensino Fundamental Prefeito Walter Doria de Figueiredo,	1.096	52
Escola Estadual Professora Claudizete Lima Eleutério	2.044	103
Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Emilia Milones	200	25

Fone: IBGE, censo 2018

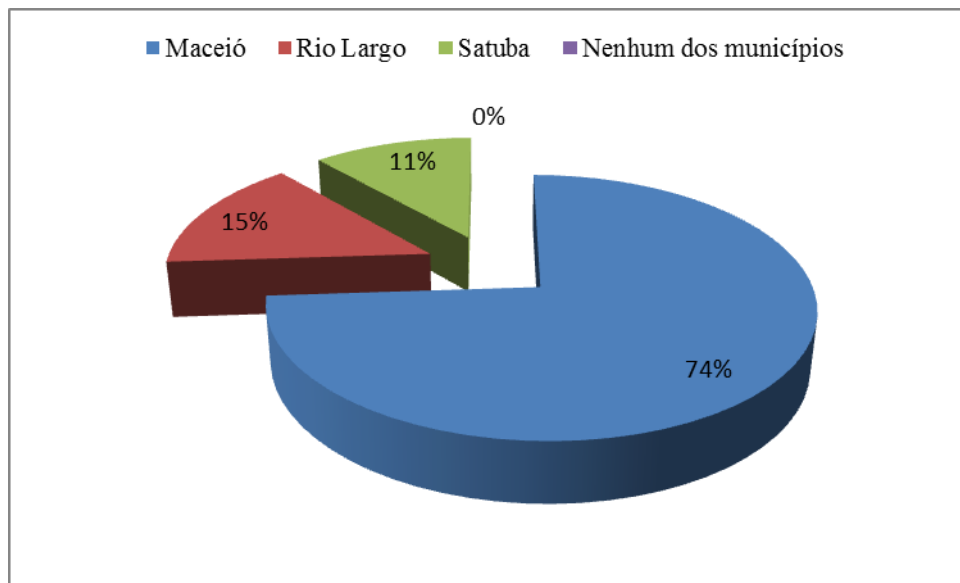
Sobre os fixos sociais da saúde, foram investigados dois: Unidade de Saúde Básica Eduardo Campos administrado pela prefeitura de Rio Largo e Unidade de Saúde Básica Renascer administrada pela prefeitura de Satuba, conforme a figura 29.

**FIGURA 29: Unidade de Saúde Básica Eduardo Campos e Unidade de Saúde Básica Renascer**



Fonte: Ribeiro, 2020

De acordo com a figura 30 “municípios procurados pela população para atendimento médico”, 74% dos entrevistados responderam procurar atendimento médico em Maceió, 15% em Rio Largo e 11% em Satuba. É notório o fluxo da população residente na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba para atendimento na área da saúde no município de Maceió, capital de Alagoas.

**FIGURA 30: Municípios procurados pela população para atendimento médico**

Fonte: Ribeiro, 2020

Os fixos comerciais investigados foram escolhidos de acordo com a ação dos fluxos que os anima, mesmo que procurados para pequenas compras, eles se destacam pela fluidez dos movimentos constantes devido a sua função que é atender as necessidades básicas como alimentação e produtos de higiene e domésticos para população (figura 31, 32 e 33).

**FIGURA 31: Fixo comercial**

Fonte: RIBEIRO, 2020

**FIGURA 32: Fixo comercial**

Fonte: RIBEIRO, 2020

**FIGURA 33: Fixo comercial Central Estadual de Abastecimento - CEASA/AL**

Fonte: RIBEIRO, 2020

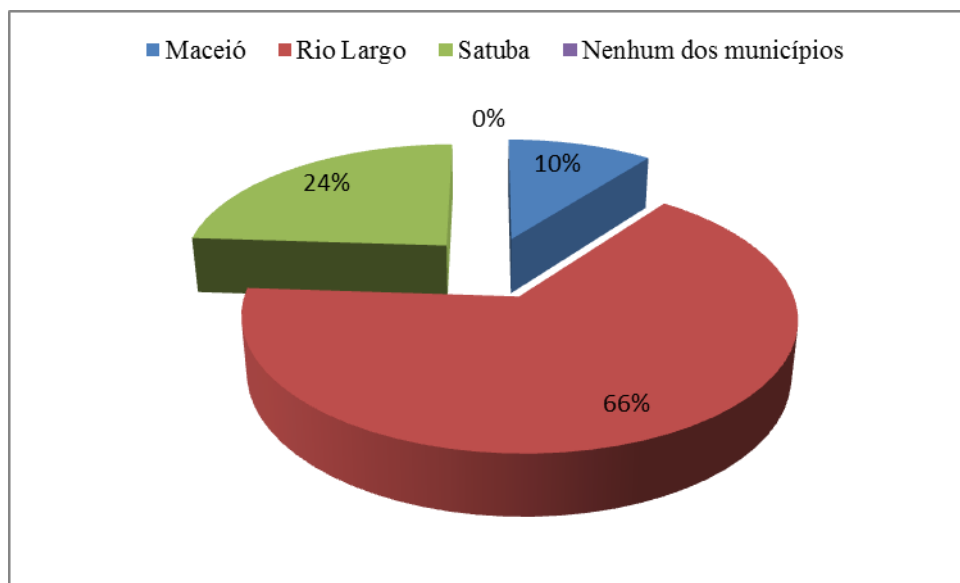
O Fixo comercial Central Estadual de Abastecimento - CEASA/AL é uma empresa de capital misto (público e privado), destinada a aprimorar a comercialização e a distribuição de hortifrúteis, vende seus produtos no atacado e varejo.

### 3.3 Os fluxos em função dos fixos na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba

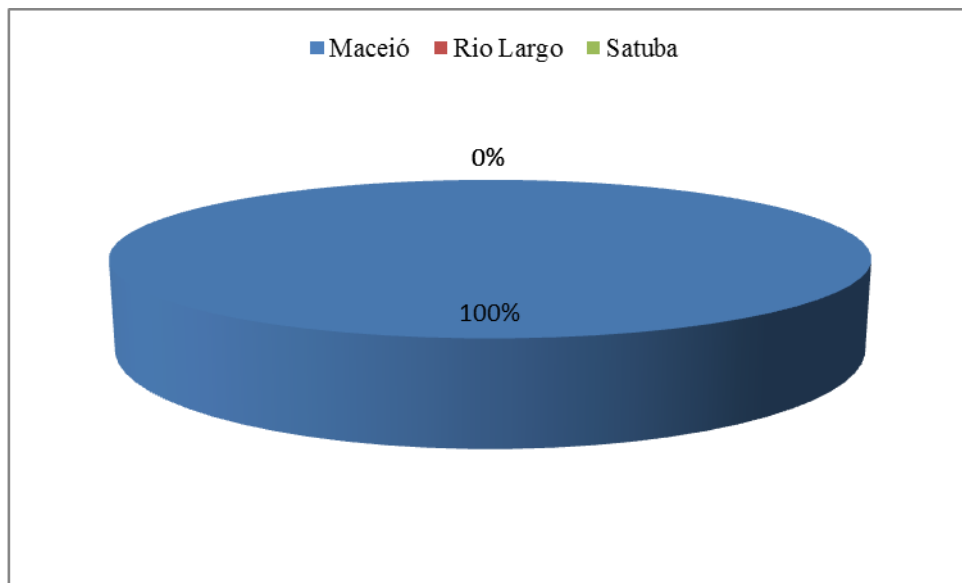
Nessa perspectiva, os fixos sociais (educação e saúde) e comerciais são os instrumentos de trabalho e forças produtivas em forma de objetos localizados, permitindo ações que redefinem o próprio lugar. Já os fluxos expressam-se em forma de movimento que envolve circulação, distribuição e consumo, sendo resultado da ação dos fixos.

As figuras 34 e 35 apresentam como os fluxos de pessoas que se expressam na conurbação circulando entre os fixos em busca de melhor atendimento para as suas necessidades básicas. Observa-se na figura 34 que 66% do fluxo de pessoas realiza pequenas compras em Rio Largo, 24% em Satuba e 10% em Maceió. Já a figura 35 exibiu o fluxo total de 100% para Maceió para fazer as grandes compras. Esse fluxo de 100% para Maceió propõe uma ação dos fixos comerciais atacadistas e os serviços ofertados, pela capital Maceió.

**FIGURA 34: Fluxos da população para pequenas compras por município**

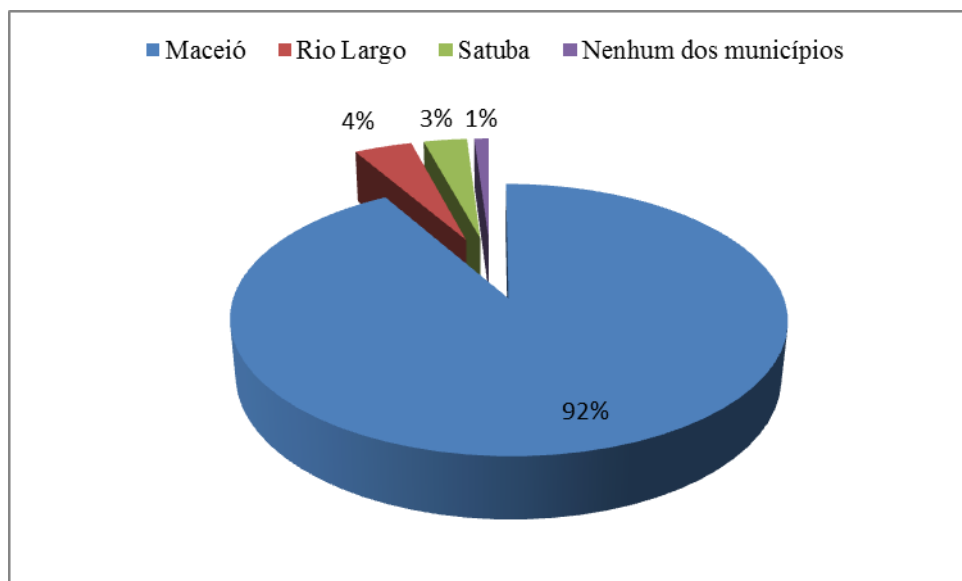


Fonte: RIBEIRO, 2020

**FIGURA 35: Fluxo da população para grandes compras, por município**

Fonte: RIBEIRO, 2020

Outro fluxo que chama atenção, ocorre justamente no período eleitoral, especificamente no dia da eleição. A figura 36 apresenta o fluxo de pessoas para votar por domicílio eleitoral municipal. De acordo com os dados apresentados Maceió exibiu o domicílio eleitoral mais procurado com 92% do fluxo de pessoas que reside na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba.

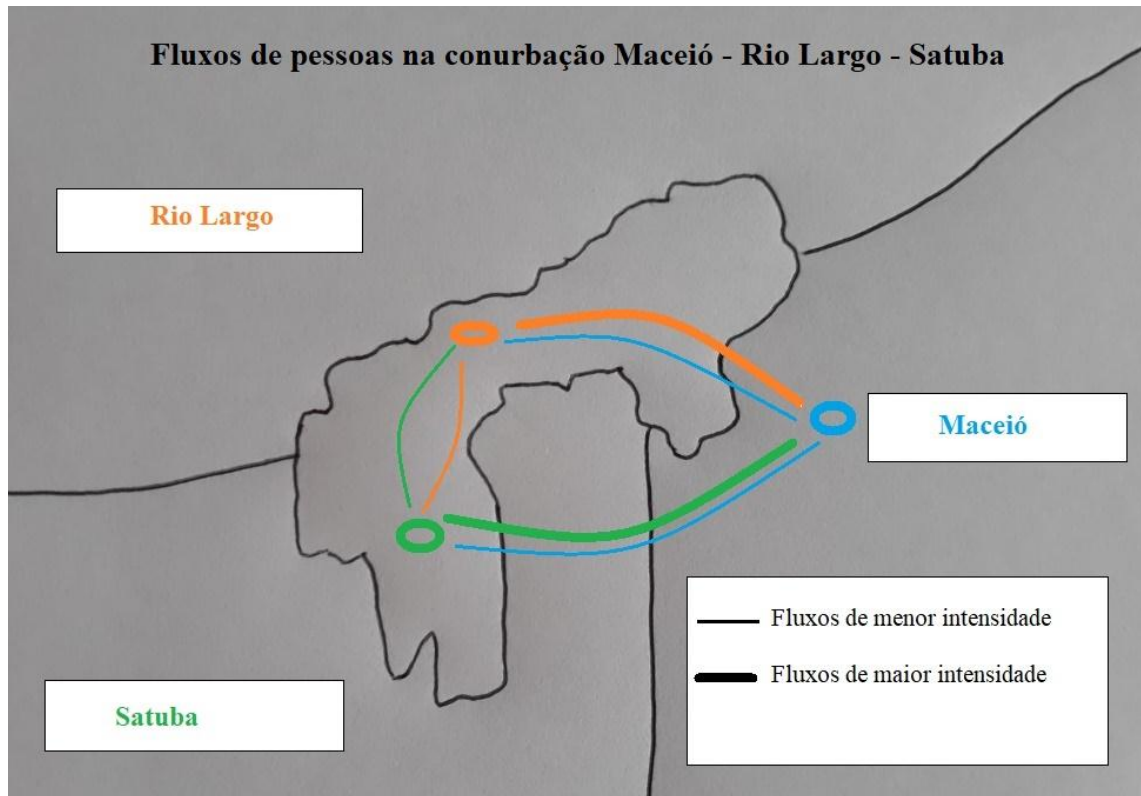
**FIGURA 36: Fluxo de pessoas por domicílio eleitoral municipal**

Fonte: RIBEIRO, 2020



A figura 37 expressa o resultado final dos dados tabulados através da aplicação dos questionários, apresentando o fluxo de pessoas de maior intensidade e menor intensidade entre os municípios expressando a relação de dependência entre os fixos e fluxos.

**FIGURA 37: Fluxos de pessoas na conurbação Maceió - Rio Largo – Satuba**



Fonte: RIBEIRO, 2020

Nesse contexto, as interações entre os fixos e fluxos institui a conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba uma dinâmica espacial entre as cidades que além de trabalho e educação, envolve consumo e lazer, aumentando ainda mais seus laços socioeconômicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, compreende-se que o processo de conurbação transpõe os limites administrativos, político e econômico, nos quais as áreas urbanas juntam-se. Nesse sentido, percebe-se que Maceió-Rio Largo-Satuba conurbam-se, extrapolando os limites políticos administrativos de uma municipalidade.

Esse processo de conurbação pode ser planejado e intencional por parte dos agentes imobiliários por justamente ser uma área limítrofe com a capital. Contudo pode-se considerar que planejado ou não a conurbação possibilita complicações político-administrativas aos municípios. Desse modo, é possível admitir que o crescimento da conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba, ocorre devido a sua posição territorial estratégica, pois de acordo com Villaça (1998) o crescimento das cidades conurbadas, ocorre devido a sua posição territorial estratégica.

As dinâmicas espaciais são perceptíveis na conurbação, principalmente a dinâmica migratória apresentando movimento rural - urbano, urbano - urbano e pendular, pois apresenta, juntamente, com a dinâmica econômica e imobiliária a forma de como uma cidade em crescimento absorve e/ou gera núcleos urbanos a sua volta, pertencentes as unidades político-administrativas, formando um tipo particular de cidade.

O processamento dos fluxos em função dos fixos foi relevante para entender as interações espaciais instituídas na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba. Porém um problema que não pode ser deixado de lado ao analisar o processo de conurbação é exatamente a indefinição territorial, visto que pode acarretar sérios conflitos, como indefinição administrativa culminando na falta de investimentos, indefinição nos endereços residenciais e comerciais.

Nesse contexto, o processo de conurbação, “expressa basicamente a coalescência de áreas urbanas que se relacionam em seus aspectos econômicos, sociais e culturais, independentemente do tamanho das cidades que a compõem” (SANTOS, E.: PEIXINHO, 2015, p. 50). O espaço urbano conurbado ganha novas dimensões em função dos fixos e dos fluxos. Como Santos (1994) propõe, o primeiro, dá espaço a espessura devido à diversidade dos objetos que são formados neste espaço. Já o segundo, proporciona o acontecer atravessando os fixos e exibindo as ações que ocorrem no próprio espaço.

O fluxo de trabalhadores na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba se mostrou muito significativo, pois os mesmos mostraram fazer o movimento pendular tendo que se deslocar para outro município, com fluxo mais intenso para Maceió (capital), e voltando para sua residência no decorrer do mesmo dia.

Vale destacar, que a existência de fluxos intensos, como ocorre na conurbação Maceió-Rio Largo-Satuba, pode proporcionar a criação de novos fixos ou mudanças nos

existentes, como por exemplo, o aumento do fluxo de alunos proporciona ampliação nos fixos da educação ou a criação de novos fixos para atender a demanda. Assim como, proporciona a criação de novos fixos comerciais.

Desse modo, pode-se entender a dinâmica que existe numa conurbação através dos fixos e dos fluxos, caracterizando assim os elementos espaciais como os movimentos migratórios citados no decorrer do texto, atestando que “a geografia dos fluxos depende, assim da geografia dos fixos” (SANTOS, p.171). Portanto, a interação dos fixos e dos fluxos expressam a realidade do lugar.

O crescimento da população urbana dos três municípios elencadas no texto aliada ao crescimento da mancha urbana altera o padrão de ocupação da área urbana, indo além dos limites territoriais, ficando quase impossível distinguir seus limites paisagísticos. Em suma, apreende-se que o processo de conurbação surge a partir da expansão urbana que termina por absorver/juntar duas ou mais cidades sendo, assim, resultado da expansão urbana, induzindo a uma continuidade espacial.

Outro fator importante de análise são os limites territoriais, pois condiciona o surgimento da conurbação reconfigurando o espaço. Portanto, o processo de conurbação não pode ser analisado como um fenômeno pronto e acabado, pois cada vez mais, com o passar do tempo, ganha forma e dinâmica.

Nesse contexto destaco a importância da pesquisa “A Região Metropolitana de Maceió: entre os limites territoriais e a conurbação” para o Programa de Pós-graduação em Geografia, assim como, para Universidade Federal de Alagoas porque permitiu compreender as dinâmicas espaciais potencializadas pelo processo de conurbação no espaço urbano, possibilitando uma contribuição para as demais investigações relacionados a conurbação no campo do conhecimento científico. Assim como, colaborará para estudos in loco sobre a organização sócioespacial da área estudada possibilitando um retorno de melhorias no âmbito da educação, saúde e prestação de serviços para comunidade.

Ressalto aqui, a importância da produção de mapas e que pretendo produzir mapas no trabalho futuro, assim como almejo desenvolver os mapas conforme foi proposto pela banca. As considerações da banca foi e será de suma importância para excelência do presente trabalho, sendo assim, reitero o compromisso de atender todas as considerações para fins de publicação e uma continuação da pesquisa para o projeto de doutorado.

## REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Lei Complementar nº 18 de 19 de novembro de 1998. Dispõe sobre a criação da região Metropolitana de Maceió – R.M.M e dá outras providências. **Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas – FNEM**. Disponível em: < [http://fnembrasil.org/wp-content/uploads/2017/10/RM\\_Maceio.pdf](http://fnembrasil.org/wp-content/uploads/2017/10/RM_Maceio.pdf)> Acesso em 20 mar. 2020.
- ALAGOAS. Lei Complementar nº 50, de 15 de outubro de 2019. Dispõe sobre o sistema gestor metropolitano da Região Metropolitana de Maceió e dá outras providências. **Gabinete do Governador de Alagoas**. Disponível em: < [https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1695/lei\\_complementar\\_no\\_50\\_de\\_15\\_de\\_outubro\\_de\\_2019\\_\\_1\\_1.pdf](https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1695/lei_complementar_no_50_de_15_de_outubro_de_2019__1_1.pdf)> Acesso em 20 mar. 2020.
- ALAGOAS. Lei Complementar nº 49, de 24 de julho de 2019. Altera as Leis Complementares Estaduais números 30, de 15 de dezembro de 2011, 35, de 26 de julho de 2012 e 27, de 30 de novembro de 2009. **Gabinete do Governador**, 2019. Disponível em: < [https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1614/lei\\_complementar\\_no\\_49\\_de\\_24\\_de\\_julho\\_de\\_2019.pdf](https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1614/lei_complementar_no_49_de_24_de_julho_de_2019.pdf)> Acesso em 01 jan. 2021.
- ALMADA, J. A. B. de. **Do território ao território usado: uma reflexão sobre a categoria de análise do espaço geográfico**. 2014. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/322959817>> Acesso em 20 dez. 2019.
- BARBOSA, J. O. **A representação dos fixos e fluxos no circuito superior e circuito inferior na economia brasileira**. 2014. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405610876\\_ARQUIVO\\_TrabalhocompletoCBG.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405610876_ARQUIVO_TrabalhocompletoCBG.pdf)> Acesso em 20 jan. 2020.
- BARCELLOS, T. M. (2004). Região Metropolitana de Porto Alegre: expansão urbana e dinâmica imobiliária nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 32, n. 1, pp. 65-90.
- BOGUE, D. J. La estructura de la comunidad metropolitana. In: THEODORSON, G. A. **Estudios de ecología humana**. Barcelona: Editorial Labor, 1974, v. 2, p. 337-360.
- BRAGA, R.; CARVALHO, P. Cidade: espaço da cidadania. In: GIAMETTI & BRAGA (Org.). **Pedagogia cidadã**. São Paulo: Unesp-Propp, 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o estatuto da metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Secretaria Geral da República**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm)> Acesso em 20 março 2020.
- BUENO, L. M. M. **Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização**. Editora São Paulo, 2000.

CABRAL, L. N.; CÂNDIDO, G. A. **Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito**. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO08>>. Acesso em 07 jan. 2020.

CARDOSO, E. J.; SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. **O processo de urbanização brasileiro**. 2011. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2011/anais/arquivos/0088\\_0295\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0295_01.pdf)> Acesso em 23 fev. 2020.

CARMO, S. de C. B. **Baixada santista: câmara e agenda 21**. 2005. Disponível em: <[www.metro.santos.sp.gov.br/regiao metropolitana](http://www.metro.santos.sp.gov.br/regiao metropolitana)>. Acesso em 09 dez. 2019.

CORRÊA, R. L. Espaço um conceito-chave da Geografia In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, R. L. **Rede urbana: reflexões, hipótese e questionamentos sobre um tema negligenciado**. Cidades. Vol. 1, n. 1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p.65-78.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. IN: **Revista Território**, n. 8, 2000. jan/julho. p.121-129.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Ática, 1989. 96p.

\_\_\_\_\_. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. IN: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro – ano 50, n.2, abr/jun, 1988. p.107 – 124.

COSTA, H. S. M. Processos recentes de expansão metropolitana e implicações socioambientais: a experiência de Belo Horizonte. **VI Encontro de Geografia da América Latina**. 2005.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2011.

Dificuldade: Satuba dobra população e FPM segue congelado. **Folha de Alagoas**, 7 jun. 2019. Disponível em <<https://folhadealagoas.com.br/2019/06/07/dificuldade-satuba-dobra-populacao-e-fpm-segue-congelado/>> Acesso em 20 out. 2020.

DICKINSON, Robert. Las regiones metropolitanas en Estados Unidos. In: THEODORSON, G. A. **Estudios de ecología humana**. Barcelona: Editorial Labor, 1974, v. 2, p. 361-375.

FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS (FNEM). **Região Metropolitana de Maceió**. Disponível em: <<http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-maceio-al/>> Acesso em 4 março 2020.

FRANZONI, J. Á.; HOSHINO, T. de A. P. Da urbanização periférica ao direito à metrópole: a lei 13089/2015 no reescalonamento da política urbana. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico- RBDU**, Belo Horizonte, ano 1, nº 1, p. 103-132, jul/dez 2015.

FREITAS, R. **Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual**. *Humanae*, v.1, n.3, p. 44-53, 2009.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. Tradução de Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papirus, 1994.

GRAS, N. S. B. El desarrollo de la economía metropolitana en Europa y en América. In: THEODORSON, G. A. **Estudios de ecología humana**. Barcelona: Editorial Labor, 1974, v. 2, p. 321-335.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em 28 março 2020.

ITERAL. **Instituto de terras e reforma agrária de Alagoas**. 2020. Disponível em < <http://www.iteral.al.gov.br>> Acesso em 21 dez. 2020.

Iteral e gestores reúnem-se para discutir revisão de limites territoriais, **Tribuna Hoje**. 13 setembro 2017. Disponível em < <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2017/09/13/iteral-e-gestores-reunem-se-para-discutir-revisao-de-limites-territoriais/>> Acesso em 23 out. 2020.

JAPIASSÚ, L. A. T. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas**: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento – de 1980 a 2000. 2015, p. 173, dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em <[www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1313](http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1313)>. Acesso em 23 julho 2019.

LESSA, Golbery. **Momentos do êxodo rural em Alagoas**. 2011. Disponível em <<https://pcbaloagoas.blogspot.com/2011/06/artigo-momentos-do-exodo-rural-em.html>> Acesso em 21 out. 2020.

NASPOLINI, V. **A conturbação da grande Florianópolis e a atuação do capital**. 2015. Disponível em < [www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/3/101.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/3/101.pdf)> Acesso 23 julho 2018.

Para Iteral, caso Margarida Procópio cabe às prefeituras. **Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL**. 2020. Disponível em < [http://www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2014/marco/caso-margarida-procopio-mobiliza-aco-es-do-iteral?searchterm&month:int=8&year:int=2020&orig\\_query=searchterm%26amp%3B](http://www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2014/marco/caso-margarida-procopio-mobiliza-aco-es-do-iteral?searchterm&month:int=8&year:int=2020&orig_query=searchterm%26amp%3B)> Acesso em 21 dez. 2020.

PINHEIRO, K. **Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://arquiteturaufesarmazenamento.webs.com/Pablo%20Lira.pdf>> Acesso em 09dez. 2019.

Programa Minha Casa Minha Vida. **Caixa habitação**. Disponível em <<https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>> Acesso em 02 jan. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

RODRIGUES, M. J.; SILVA, F. B. considerações teóricas sobre rede urbana. **Geoambiente on-laine**, Jataí, n.8, 2007. Disponível em < file:///C:/Users/Roselma/Downloads/25927-Texto%20do%20artigo-108986-1-10-20130816%20(1).pdf> Acesso em 13 nov. 2020.

SANTOS, A. E. **Do surgimento da cidade ao processo de conurbação: Elementos teóricos para análise**. Disponível em <www.cbg2014.agb.org.br/.../1/1404388439\_ARQUIVO\_Dosurgimentodacidade.pdf> Acesso em 08 junho 2020.

SANTOS, A. E.; PEIXINHO, D. M. **Processo de conurbação: elementos espaciais do fenômeno em área não metropolitana**. 2015. Disponível em < http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo> Acesso em 24 dez. 2020.

SANTOS, L. E. N. dos. Verticalização urbana e segregação socioespacial: Crise da cidade quadricentenária. In: **II Conferência do Desenvolvimento**, 2011, Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo38.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SANTOS, M. Alguns problemas da contribuição marxista à Geografia. 1982. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo, Hucitec.

\_\_\_\_\_. A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. In: **Cidade & História** - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1992: 241-244.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. ed. 4. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo, Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2012b.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. Ed. 7. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008

SEGUIN, E.; ARAÚJO, L. M. Estatuto da metrópole. **Revista de Direito Ambiental RDA**. V. 82, 2016. Disponível em <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDAmb\\_n.82.18.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDAmb_n.82.18.PDF)> Acesso em 12 nov. 2020.

SILVA, P. R. de F. **As cidades gêmeas na fronteira Brasil:** República cooperativista da Guiana. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/2019/Desktop/Roselma/artigo%20Paulo%20Rogerio.pdf>> Acesso em 20 set. 2019.

SILVA, R. M. **Articulações transfronteiriças:** o caso da conturbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2009, p.131, dissertação (mestrado em geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em <<livros01.livrosgratis.com.br/cp120116.pdf>> Acesso em 23 julho 2018.

SILVA, R. C. N. da; MACÊDO, C. de S. **Urbanização Brasileira.** 2009. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo\\_Urb\\_A05\\_WEB\\_ZBM\\_SF\\_SI\\_SE\\_161209.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A05_WEB_ZBM_SF_SI_SE_161209.pdf)> Acesso em 12 dez. 2019.

SOARES, P. R. **Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas?** Contribuição para o debate no Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Roselma/Downloads/3508-21660-1-PB.pdf>> Acesso e 23 fev. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Ed. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VILLAÇA, F. **A delimitação territorial do processo urbano.** São Paulo, 1997.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Vizinhos possuem endereços diferentes, embora residam no mesmo conjunto. **Gazeta Web**, 30 março 2014. Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=241902>> Acesso em 20 out. 2020.



## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionário****UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****Pesquisa de Campo**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa A Região Metropolitana de Maceió: entre os limites territoriais de seus municípios e a nova configuração espacial, da pesquisadora Roselma Lopes Ribeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas. A pesquisa tem como objetivo analisar o significado dos limites territoriais entre os municípios da Região Metropolitana de Maceió, considerando o processo de conurbação, entre Maceió, Rio Largo e Satuba. O convidado não precisa se identificar, apenas responder as questões abaixo.

Condomínio residencial em que reside: \_\_\_\_\_

1. Onde fica localizado o atendimento básico de saúde que você utiliza?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

2. Onde faz pequenas compras?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

3. Onde faz grandes compras?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

4. Onde mora?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

5. Local do domicílio que residia antes do atual?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

6. Qual o município que trabalha?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

7. Tem filhos na educação básica? \_\_\_\_\_

Se sim, qual o município que estuda?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Não estuda

8. Qual o seu domicílio eleitoral?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

9. O seu endereço oficial que consta em suas correspondências oficiais é em:

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

10. Onde exerce atividades de lazer?

- Maceió
- Rio Largo
- Satuba
- Nenhum dos municípios

**APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa A Região Metropolitana de Maceió: entre os limites territoriais de seus municípios e a nova configuração espacial, da pesquisadora Roselma Lopes Ribeiro. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a Região Metropolitana de Maceió.
2. A importância deste estudo é a de saber qual é o propósito na atual configuração da Região Metropolitana, para então analisar os problemas acarretados pelo processo de expansão e concretização da conurbação.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: destacar o conflito entre os processos socioeconômicos e físicos da urbanização e o processo político administrativo de delimitação dos municípios, como também apresentar soluções de possíveis problemas que podem surgir durante a análise da problemática da pesquisa.
4. A coleta de dados começará no início de maio.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: todas
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: não saber o que vai responder.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: melhorias nas políticas públicas ofertadas para população que mora na área conurbada estudada.
9. Você poderá contar com a seguinte assistência: fim da pesquisa sendo responsável(is) por ela : Roselma Lopes Ribeiro.
10. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. O orçamento da pesquisa será de cinquenta reais para as despesas como compra de duas canetas (\$2,00). Cópia dos questionários (\$48,00), somando o total de \$50,00.

O pesquisador será responsável pelo pela despesa da pesquisa.

14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

Eu \_\_\_\_\_, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

**Endereço da equipe da pesquisa (OBRIGATÓRIO):**

Instituição: IGDEMA

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n

Complemento:

Cidade/CEP: 57072-900

Telefone: 32141440

Ponto de referência: EM FRENTE A BIBLIOTECA CENTRAL UFAL

**Contato de urgência:** Sr(a). Roselma Lopes Ribeiro

Telefone: (82) 988353318

**ATENÇÃO:** O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, de de

Assinatura ou impressão datiloscópica	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as

d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	demais páginas)
--	-----------------